

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KINNDELY LORRANE COUTO SILVA

**VIOLÊNCIA E MORTE NAS LUTAS SOCIAIS:
O MST no contexto de criminalização social**

Mariana – MG

2021

KINNDELY LORRANE COUTO SILVA

**VIOLÊNCIA E MORTE NAS LUTAS SOCIAIS:
O MST no contexto de criminalização social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kathiúça Bertollo.

Mariana – MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586v Silva, Kinndely Lorrane Couto .
Violência e morte nas lutas sociais [manuscrito]: o MST no contexto de
criminalização social. / Kinndely Lorrane Couto Silva. - 2021.
82 f.

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Agricultura - Aspectos sociais. 2. Conflito social. 3. Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). I. Bertollo, Kathiúça. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICSAUFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Kinnhely Lorrane Couto Silva

VIOÊNCIA E MORTE NAS LUTAS SOCIAIS: O MST no contexto de criminalização social

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 12 de agosto de 2021

Membros da banca

Doutora - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestra - Carina de Souza - (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/08/2021



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/08/2021, às 07:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0208730** e o código CRC **B65E1767**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre me deu forças, sendo meu consolo e abrigo em todas as fases da minha vida. Que me ensinou o dom da paciência e me acalmou em momentos de ansiedade.

Aos meus pais e ao meu irmão que me motivaram a ingressar numa faculdade superior, e por todo amor e carinho que foram a minha base para superar os desafios.

A minha orientadora, Kathiúça Bertollo, por toda inspiração e pelo conhecimento que me proporcionou ao longo da orientação. E por acreditar no meu TCC como projeto de iniciação científica.

A todos os professores do curso de Serviço Social, que me capacitaram e me incentivaram a ser uma profissional dedicada a aprender cada vez mais.

A Maria Emília, pelo seu apoio, contribuição e palavras de incentivo.

Ao MST, que me proporcionou conhecer a luta dos trabalhadores do campo, e que me fizeram acreditar que unidos como classe podemos alcançar grandes conquistas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a criminalização vivenciada pelo MST a fim de evidenciar a repressão, violência e mortes ocorridas no campo. O MST conquistou um espaço de luta importante e é um dos primeiros e maiores movimentos sociais do Brasil e da América Latina. Apesar de ser um movimento autônomo e organizado, isto é, com base social expressiva e com programática de atuação, é fortemente criminalizado pelo Estado e pela mídia, a fim de que os atos de resistência sejam contidos, deturpados e divulgados de forma tendenciosa, isto é, a favor dos donos das propriedades ocupadas, que em sua maioria são terras improdutivas. As ações do movimento são majoritariamente caracterizadas como “atos de vandalismo” e tratadas como ‘caso de polícia’. Em conjuntura tão repressiva como a historicamente vivenciada no Brasil, o MST assume uma postura defensiva. Nesse sentido, a realização das ocupações é a principal forma de acesso à terra e de luta contra a hegemonia do capital, primordialmente contra o latifúndio, a concentração de grandes áreas de terra nas mãos de poucas pessoas ou grupos econômicos. Assim, é de extrema urgência que ocorra uma reflexão e questionamento acerca desses processos de criminalização das lutas sociais no campo. Esta pesquisa bibliográfica e documental explicitará a repressão, violência e mortes ocorridas no campo, especificamente, que o MST tem vivenciado na última década (2010 a 2020).

Palavras-chave: Lutas Sociais. MST. Criminalização Social. Questão Agrária.

ABSTRACT

The present work has as general objective to analyze the criminalization experienced by the MST in order to evidence the repression, violence and deaths that occurred in the countryside. The MST conquered an important space for struggle, it is one of the first and largest social movements in Brazil and Latin America. Despite being an autonomous and organized movement, that is, with an expressive social base and programmatic action, it is heavily criminalized by the State and the media, so that acts of resistance are contained, distorted and disseminated in a biased way, this it is in favor of the owners of the occupied properties, which are mostly unproductive land. The movement's actions are mostly characterized as "acts of vandalism" and treated as a 'police case'. In a situation as repressive as the one historically experienced in Brazil, the MST assumes a defensive posture. In this sense, the carrying out of occupations is the main form of access to land and the fight against the hegemony of capital, primarily against the latifundium, the concentration of large areas of land in the hands of a few people or economic groups. Thus, it is extremely urgent that there be a reflection and questioning about these processes of criminalization of social struggles in the countryside. This bibliographical and documentary research will explain the repression, violence and deaths that occurred in the countryside, specifically, that the MST has experienced in the last decade (2010 to 2020).

Keywords: Social Struggles. MST. Social Criminalization. Agrarian Question.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bandeira do MST.....	33
Figura 2 - Margarida Maria Alves.....	40
Figura 3 - Violência Contra Camponeses e Trabalhadores Rurais (1986-2006).....	41
Figura 4 - Trabalhadores rurais na manifestação em Eldorado dos Carajás	42
Figura 5 - Enterro dos sem-terra mortos pelos policiais.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média Anual de famílias assentadas por mandato presidencial.....	46
Gráfico 2 - Número de famílias assentadas por ano.....	49
Gráfico 3 - Total de hectares destinados à reforma agrária.....	50
Gráfico 4 - Assassínatos em conflitos por terra.....	51
Gráfico 5 - Desmonte de políticas públicas ano após ano.....	54
Gráfico 6 - Famílias assentadas ano a ano.....	55
Gráfico 7 - Assassínatos (2003-2017)	57
Gráfico 8 - Ranking de assassínatos em 2017	58
Gráfico 9 - Cortes na reforma agrária.....	60
Gráfico 10 - Números de assentamentos criados e reconhecidos (1985-2019).....	60
Gráfico 11 - Categorias dos assassínatos em conflito no campo.....	61
Gráfico 12 - Conflitos no Campo no Brasil.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A criminalização do MST pela mídia.....	68
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A FORMAÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA TERRA.....	12
1.1 SOCIABILIDADE CAPITALISTA E AGRONEGÓCIO.....	14
1.2 LUTAS DE CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	21
2 A LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO E A GÊNESE DO MST	26
2.1 A CONSOLIDAÇÃO E AUTONOMIA POLÍTICA DO MST.....	32
3 O MST NO CONTEXTO DE CRIMINALIZAÇÃO SOCIAL.....	39
3.1 VIOLÊNCIA E MORTES NO CAMPO.....	39
3.2 ANÁLISE DA ÚLTIMA DÉCADA (2010-2020).....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERENCIAS	75

INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa deste TCC volta-se ao estudo do MST, com objetivo de analisar a criminalização vivenciada pelo movimento a fim de evidenciar a repressão, violência e mortes ocorridas no campo. Esta temática ocupa lugar importante na formação de novos assistentes sociais via graduação no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ao longo do curso é possibilitado e instigado ao estudante compreender o quanto e como a sociabilidade capitalista interferiu e interfere na vida do homem do campo, com a chegada da modernização industrial e das cidades e como isso vai conformando a nossa existência urbana e rural enquanto país.

Na disciplina de Classes e Movimentos Sociais, são trabalhadas questões como “classes sociais”, “luta de classes”, “lutas sociais”, “movimentos sociais”, “dialética da dependência” e “superexploração da força de trabalho”, etc. questões que conformam a vida societária em nosso país, especialmente o cotidiano e vida dos homens e mulheres que conformam a classe trabalhadora brasileira. Compreendendo, a partir dessa perspectiva teórica e política assumida hegemonicamente pelo Serviço Social enquanto profissão, em que no modo de produção capitalista uma classe, a burguesia detém os meios de produção e explora outra classe, a trabalhadora – aquela que somente detém a força de trabalho como forma de subsistir. Por isso é importante que a classe trabalhadora se torne uma “classe para si”, compreendendo que são detentores de direitos e que devem resistir a esta conformação societária que separa e organiza os indivíduos em classes sociais antagônicas, ou seja, que a classe trabalhadora é o sujeito revolucionário, e não a burguesia.

Esse tema se torna indispensável e relevante à formação do aluno de Serviço Social, pois assume os elementos presentes no projeto ético-político profissional materializados no Código de Ética profissional e na Lei que regulamenta a profissão. Assim, pretende-se nessa pesquisa demonstrar como o MST luta por uma causa justa e coletiva, o acesso à terra pelos destituídos dela.

Desde a colonização, a posse e a propriedade da terra sempre foram questões de conflito e disputas violentas. O processo de formação sócio-histórica do Brasil foi marcado pela invasão de territórios indígenas, pela escravidão e posteriormente pelo modo de produção capitalista dependente. Em todos estes processos, dos grandes fazendeiros e proprietários de escravos ao atual estágio e proporção que o latifúndio assume na atualidade, a premissa da concentração de terra nas mãos de poucos orientou a conformação da ‘questão agrária’.

A partir do final do século XIX, com a abolição da escravidão as relações laborais vão se modificando e enquadrando-se às requisições próprias do modo de produção capitalista, o trabalhador se vê em outra relação, a de trabalhador assalariado. Os trabalhadores se veem sem a vinculação com a terra, mesmo que na condição de escravizados. Também ocorre por parte dos senhores do campo, a grilagem da terra e a expulsão dos camponeses, tornando-os sem-terra. No período ditatorial (período que vai de 1964 até 1985) os movimentos camponeses foram perseguidos, aniquilados e mortos. Os militares e os burgueses pretendiam controlar a questão agrária por meio da violência e utilizavam-se do processo de modernização industrial-urbana, bem como, com a modernização no campo. Ocorreu nessa época um maior êxodo rural. O camponês não trabalhava mais apenas para o seu sustento, mas para gerar lucro para os donos do capital.

Já na década de 1980, período de transição democrática, os movimentos sociais e as lutas camponesas efervesciam em todo o país, os camponeses começaram a romper a condição a que eram submetidos a partir de organização coletiva e da luta por direitos enquanto classe trabalhadora. Em 1980, em um contexto de repressão e de luta dos trabalhadores do campo, surge o MST. O movimento começou fazendo ocupações de terra como forma de resistência a fim de chamar atenção do governo.

Como ofensiva a esta atuação, o Estado e a mídia localizam e apresentam o movimento como ‘criminoso’, contribuindo para as inúmeras mortes e violências no campo. A fim de organizar a reflexão sobre essa questão, organizamos a pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo será realizado um resgate da formação camponesa na luta pela terra, explicitado e refletido sobre a inserção da modernização no campo e o surgimento das ligas camponesas. No segundo, será explicitado sobre o surgimento e a formação do MST no contexto de disputas pela terra, e da ocupação de terra como principal forma de luta, como se organizou e criou sua autonomia política. No terceiro capítulo será explicitado os dados coletados e analisados acerca da criminalização vivenciada no âmbito das lutas sociais, especificamente pelo MST a fim de evidenciar a repressão, violência e mortes ocorridas no campo na última década (2010 a 2020).

De forma conclusiva, buscarei confirmar a hipótese assumida de que na última década foram expressivas a violência, as mortes e a criminalização das lutas sociais. Assim, serão realizadas considerações acerca de como na última década compreendida entre 2010 a 2020 inúmeros líderes do MST e trabalhadores do campo morreram devido à criminalização e repressão sofridas. Entende-se a importância de debater este tema além da luta pela terra em si, mas também, buscando contribuir para a consolidação deste importante movimento social do país e do mundo.

Conforme foi exposto e diante a justificativa pessoal para a defesa desse tema, apresenta-se como objetivo geral de pesquisa: analisar a criminalização vivenciada pelo MST a fim de evidenciar a repressão, violência e mortes ocorridas no campo. Como objetivos específicos, tem-se: Analisar como o modo de produção capitalista em um país dependente produz desigualdades que se refletem em opressões, violência e mortes no campo; fazer uma retomada histórica da luta pela terra no Brasil, considerando as origens da questão agrária que desencadeiam os conflitos no campo; explicitar o surgimento e a formação do MST no contexto de disputas pela terra, e suas principais características e objetivos; evidenciar as formas de violência no campo a partir da criminalização que o MST vivencia. Para dar conta de responder aos objetivos delimitados, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, bem como a divisão dos capítulos deste estudo assim ficaram organizados: no primeiro capítulo será realizado um resgate da formação camponesa na luta pela terra, explicitado e refletido sobre a inserção da modernização no campo e o surgimento das ligas camponesas. Serão categorias orientadoras dessa reflexão: Sociabilidade capitalista, capitalismo dependente, questão agrária no Brasil e luta de classes. No segundo capítulo, será explicitado sobre o surgimento e a formação do MST no contexto de disputas pela terra, da organização e autonomia política do movimento. Serão categorias orientadoras dessa reflexão: classes sociais, lutas e movimentos sociais. No terceiro capítulo serão explicitados os dados coletados e analisados acerca da criminalização vivenciada no âmbito das lutas sociais, especificamente pelo MST a fim de evidenciar a repressão, violência e mortes ocorridas no campo na última década (2010 a 2020). Assim, as principais categorias a serem estudadas juntamente com os dados empíricos são: a criminalização das lutas sociais, a violência e morte no campo.

O referencial teórico adotado para a realização da pesquisa e a análise dos dados será a teoria social crítica, pois assume a perspectiva da totalidade, correspondendo a uma análise e interpretação da realidade a partir de seus fundamentos.

Essa pesquisa é de natureza exploratória. A estratégia de desenvolvimento tem como propósito “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p. 41). Desta maneira, a pesquisa qualitativa de um objeto materializa a construção de conhecimento e possui todos os encargos e ferramentas para ser considerada e valorizada como uma construção científica (MINAYO, 2012). Além de qualitativa, lidará com dados e que os dados possíveis de serem analisados serão tabulados.

Serão utilizados como fonte de pesquisa documentos e análises que contenham dados empíricos e que foram publicadas em: jornais; revistas; cartilhas; cartas; reportagens, notícias, manifestos e anais de eventos científicos.

Para fundamentar as reflexões e informações, os principais autores a serem estudados serão: Fernandes (2002), Marini (2005), Marx (2005), Silva (1996), Martins (2010), Netto (2011), Caldart (2000), dentre outros que podem ser selecionados ao longo do percurso de estudo.

O estudo analisará os conflitos no campo, as violências e mortes, a criminalização do MST ocorridos em todas as regiões do país. Será delimitada para análise, reflexão e explicitação de dados, a última década (2010 a 2020). Será possível a partir desta delimitação temporal analisar a posição do Estado, via ações de 04 diferentes gestões do governo Federal (Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro). Isso possibilitará a análise e confirmação ou não do aumento e/ou diminuição da criminalização sobre o MST a partir da tendência mais progressista ou conservadora assumida por cada governo. Também confirmará ou não a hipótese assumida: de que na última década foram expressivas a violência, as mortes e a criminalização das lutas sociais, especificamente sobre o MST e a luta pela terra por este movimento desencadeada.

1 A FORMAÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA TERRA

Desde a colonização, a disputa pelo território brasileiro é alvo de violência e mortes no campo. Para entendermos como começou a concentração de terras e os grandes latifundiários é necessário rever a história da questão agrária no Brasil. Nosso principal problema na agricultura brasileira vem do processo de formação do país, pautado em uma estrutura fundiária injusta sendo muitas terras nas mãos de poucas pessoas e em contrapartida muitas pessoas sem acesso à terra. A propriedade privada teve início no período de colonização do Brasil, quando os portugueses invadiram o território indígena expulsando-os de suas terras e provocando um verdadeiro massacre.

A primeira estratégia de colonização partiu de uma medida muito antiga implementada em Portugal no ano de 1375 pelo rei Fernando I - o sistema das Sesmarias. No final do século XVIII, a forma de aquisição de terras no Brasil foi através das Sesmarias, que é uma doação de terras concedidas pelo rei a pessoas ligadas à nobreza. A coroa portuguesa dividiu o território colonial em 14 grandes lotes de terras que foram chamados de capitânicas hereditárias¹. O projeto das capitânicas hereditárias visava a descentralização administrativa. Os capitães donatários, assim denominados, não podiam vender as terras, mas ficavam responsáveis por ocupar, explorar e produzir na terra. Assim começam a se formar os primeiros latifundiários no Brasil (SILVA, 1996).

A agricultura brasileira se desenvolve no litoral e nossa primeira atividade agrícola foi a cana de açúcar, sendo a produção pautada no sistema *plantation*, ou seja, voltada para o mercado externo com monocultura e exportação, produzidas em áreas conhecidas como latifúndio (SILVA, 1996).

Em 17 de julho de 1822, o príncipe regente D. Pedro elimina a aquisição de terras por meio da doação Sesmarias, e somente em 1850 é criada uma lei que regulariza a posse da terra. A Lei de Terras², como foi chamada, tem grande impacto na questão fundiária no país. A partir de então, para ter a posse da terra, a lei determinava que todas as propriedades que não tinham dono só poderia ser ocupadas se alguém pagasse por elas. Essa lei foi criada justamente na

¹ Entre 1534 e 1536, foram distribuídas 14 capitânicas: 1 - Primeira do Maranhão, doada a João de Barros e Aires da Cunha; 2 - segunda do Maranhão, a Fernando Alvares de Andrade; 3 - Ceara, Antônio Cardoso de Barros; 4 - Rio Grande, a João de Barros; 5 - Itamarac, a Pêro Lopes de Sousa; 6 - Pernambuco ou Nova Lusitânia, a Duarte Coelho; 7 - Bahia de Todos os Santos, a Francisco Pereira Coutinho; 8 - Ilhéus, a Jorge Figueiredo Correa; 9 - Porto Seguro, a Pero do Campo Tourinho; 10 - Espírito Santo, a Vasco Fernandes Coutinho; 11 - São Tomé, a Pêro de Goes; 12 - São Vicente, (subdividida em duas), a Martim Afonso de Sousa; 13 - Santo Amaro (entre as duas subdivisões de São Vicente), a Pêro Lopes de Sousa; 14 - Santana, a Pêro Lopes de Sousa (ESCOLA, 2020).

² A Lei de Terras n.º 601, criada em 18 de setembro de 1850, foi a primeira que legalmente colocou princípios para venda das terras no Brasil.

metade do século XIX, no processo de abolição da escravidão e ao mesmo tempo em que se incentivava a vinda de imigrantes pobres europeus para o Brasil (SILVA, 1996).

Ocorre, assim, um ato discriminatório e excludente, visto que os escravos livres e os imigrantes não tinham dinheiro para comprar as terras, ou seja, a Lei de Terras perpetua a lógica da grande propriedade latifundiária da colonização, em que a terra permanece nas mãos da elite burguesa, deixando de fora os alforriados, imigrantes e pequenos trabalhadores. Foi definido naquele período que todas as terras consideradas ainda não exploradas, passariam a ser terras devolutas, pertencentes ao Estado. Após a criação dessa lei surgem os grileiros que se apossam de terras através de documentação falsa:

Para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros – verdadeiros traficantes de terra – formaram os latifúndios (FERNANDES, 2000, p. 02).

O café nessa época era um produto que trazia lucro para a economia brasileira e com isso os grandes fazendeiros do Sudeste usaram todo o seu poder econômico para comprar escravos da região Nordeste para trabalhar na produção. Entretanto, a escravidão no país estava com os dias contados e foi oficialmente abolida no dia 13 de maio de 1888 quando a princesa Isabel assinou e decretou a Lei Áurea no Brasil (MARTINS, 2010).

O trabalho livre expandiu-se com a chegada do imigrante europeu. Se por um lado o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara. Portanto, agora, a luta pela liberdade desdobrara, igualmente, na luta pela terra (FERNANDES, 2000, p. 02).

Sabe-se, porém, que a abolição da escravatura foi extremamente lenta e gradual, mesmo o escravo se tornando livre não recebeu nenhum incentivo do Estado e do governo para poder se integrar à sociedade brasileira. A colonização, a escravidão e a inserção do capitalismo no Brasil marcam a formação desigual e contraditória da sociedade brasileira, ou seja, pautada na exploração de uma classe social sobre outra (MARTINS, 2010).

Sabendo da importância de compreender como se deu a inserção do país na chamada divisão internacional do trabalho, para a elaboração deste capítulo foram utilizados autores e autoras que estudaram o papel e função da América Latina em relação ao capitalismo enquanto modo de produção que se torna hegemônico no globo como um todo. Podemos citar Fernandes (2000), Silva (1996), Marini (2005), Netto (2011), Prado Jr. (2000), dentre outros. Nesse

sentido, nos concentraremos em compreender a origem do capitalismo no Brasil, o lugar ocupado pelo país no capitalismo global e como o agronegócio interferiu na vida dos trabalhadores do campo.

1.1 SOCIABILIDADE CAPITALISTA E AGRONEGÓCIO

Com o fim da escravidão, a chegada de imigrantes do continente europeu e a formação de grandes latifundiários, inicia-se uma nova fase no Brasil. Os fazendeiros, após a Lei de Terras e o fim da escravidão, deixaram de ser ‘apenas produtores rurais’ para se tornarem parte da elite burguesa. As formas de produção do país ainda continuavam com traços do “Brasil colônia”, fazendo uma mistura do moderno com elementos arcaicos (FERNANDES, 1987).

As medidas políticas tomadas para proteger e apoiar a economia do café expandiram as condições de uma orientação propriamente capitalista na produção agrícola e criaram as condições da polivalência do empresário que, rapidamente, tomou o capital e não a terra, tampouco o mando sobre seus trabalhadores, como a referência de sua constituição como sujeito social e econômico. O fazendeiro deixou de ser um amansador de gente para se tornar um administrador da riqueza produzida pelo trabalho (MARTINS, 2010, p. 06).

Cabe ressaltar que, à medida que foi diminuindo a expressiva oferta de força de trabalho escravizada no Brasil, o produtor de café começou a incentivar a vinda de imigrantes para este território a fim de utilizar sua força de trabalho nas relações de produção. Isso tem relação também a um projeto de branqueamento da população brasileira, em que a ideia era substituir a força de trabalho escrava/negra por uma branca/via assalariamento, composta por imigrantes europeus (MARTINS, 2010).

Nesse sentido, é necessário compreender o modo de produção capitalista, suas contradições e como esse novo modo de produção interferiu e interfere na vida dos trabalhadores, causando uma divisão de classes em que o dono do capital detém os meios de produção e a classe trabalhadora dispõe apenas da sua força de trabalho (FERNANDES, 1987). O capitalismo na América Latina se dá a partir de especificidades, particularidades e contradições próprias deste território conformado secularmente pela colonização e escravidão.

O sociólogo Florestan Fernandes ao longo de sua vasta obra teórica e política contribui para compreendermos a formação social brasileira. Em seu livro “Revolução Burguesa”, o autor reflete sobre como o Brasil colonial e escravocrata se tornou capitalista, dependente e subordinado, denominando esse processo histórico como regime-autocrático-burguês – “ao concretizar-se, a revolução burguesa transcende seu momento histórico, mas ainda porque os

países capitalistas retardatários possuem peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial” (FERNANDES, 1987, p. 258).

Fernandes (1987) define que o país passou por uma Revolução Burguesa³, processo que ocorreu em três fases: a primeira foi a abertura dos portos e eclosão do mercado capitalista moderno; a segunda fase foi a expansão de um capitalismo competitivo; a terceira, o período de incursão do capitalismo monopolista.

O autor explica a dificuldade em que o Brasil tem de reter produção excedente interna, e analisa como o país possui uma dependência econômica, gerando uma maior exploração da força de trabalho.

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista (FERNANDES, 1975, p. 45).

Outro importante intelectual marxista que estudou as relações econômicas e políticas da América Latina foi Ruy Mauro Marini, um dos teóricos/fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Marini (2005) reflete sobre determinantes econômicos e políticos da América Latina que conformaram historicamente este território dependente dos países de capitalismo central, e que os países latino-americanos nascem e se conformam para atender as demandas advindas dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, a agricultura é uma das principais atividades do setor primário da economia, pois produz matérias primas e produtos alimentícios. O setor primário vai produzir *commodities*, que são produtos comercializados antes de serem produzidos pela indústria, ou transformados pela atividade industrial, portanto, se exportam matérias primas com baixo valor agregado, sendo este um dos elementos que conformam a relação entre os países que exportam esses produtos e que precisam importar produtos de alta tecnologia dos países de capitalismo central (MARINI, 2005).

A América Latina tem sua relação com os países centrais constituída à medida que exportava produtos e bens primários e, ao mesmo tempo, recebia via importações mercadorias e manufaturas industrializadas. Desse modo, a expansão dos países desenvolvidos aparece como reflexo da lógica contraditória, da acumulação capitalista em escala global, e tem uma

³ O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* foi escrito por Florestan Fernandes em 1974 na época da ditadura militar se tornando um clássico na sociologia brasileira.

relação de subordinação às nações periféricas, de capitalismo dependente.

A contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industrial, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção (MARINI, 2005, p. 05).

Acerca da superexploração da força de trabalho nos países de capitalismo dependente, Marini (2005, p. 12) identificou três elementos pela qual ela ocorre, sendo “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

A partir da relação de dependência, cujo fundamento é a superexploração da força de trabalho a América Latina contribui para o desenvolvimento do capitalismo sobre outros moldes destes que aqui ocorrem, “Em outros termos, mediante a incorporação do mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2005, p. 14). A partir disso,

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela trocadesigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p. 11).

No contexto de capitalismo dependente, a burguesia, além de aumentar a intensidade do trabalho, e o prolongamento da jornada de trabalho não repõem mediante salário o desgaste físico sofrido pelos trabalhadores, desencadeando um pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, em prol de conseguir maiores lucros, compensar as perdas decorrentes das trocas desiguais. E todas essas conformações possuem relação direta com o que acontece no campo, no âmbito rural do nosso país (MARINI, 2005).

Assim, destacamos que é a partir da década de 1960 que ocorre uma “modernização no campo”, e para entendermos como ocorreu esse processo, torna-se necessário também refletirmos sobre o regime ditatorial militar em nosso país, processo que tem relação direta com o aprofundamento da dependência econômica, que mencionamos e explicitamos nas páginas anteriores.

Em 1964 ocorre o golpe militar no Brasil, quando foi retirado forçosamente do poder governamental o presidente João Goulart e a democracia foi, portanto, substituída por uma

ditadura civil militar que durou entre os anos de 1964 a 1985.

A ditadura militar no Brasil foi um movimento conservador, que tinha como objetivo “modernizar” o país e consolidar o modo de produção capitalista, porém, sem alterar as estruturas sociais - o que é chamado de modernização conservadora. O Brasil passou por muitas e agravadas mudanças nesse período. Na política houve a promulgação da Constituição Federal de 1967 e a emissão de Atos Institucionais, o governo escolhia quem vivia e quem morria, e isso deixou uma marca de como entendemos a segurança pública, criando assim uma cultura policial (NETTO, 2011). Isso tudo tem relação direta com a criminalização às lutas, aos movimentos e lutadores/as sociais historicamente no nosso país.

Na economia, vários planos foram executados, como o posicionamento do governo de maneira intervencionista, reduzindo o valor da moeda para então aumentar o valor das exportações, havendo um momento de grande crescimento conhecido como “milagre econômico”. Período em que ocorreu o um grande avanço na industrialização e a abertura nacional para a entrada das multinacionais, cujo objetivo era alavancar o crescimento econômico, no entanto tudo sob a premissa da dependência. Ao mesmo tempo em que no âmbito urbano/industrial indústrias automobilísticas passariam a produzir no Brasil, também começaram a chegar grupos multinacionais relacionados à atividade produtiva no campo. Eles vão fornecer insumos para o desenvolvimento da agricultura, e acelerar o processo de modernização da atividade agrícola no Brasil (SILVA, 1996).

Nessa época havia uma pressão sobre os países ditos subdesenvolvidos que passavam pelo processo de industrialização para que modernizassem sua atividade agrícola, com o intuito de facilitar a entrada das multinacionais vindas de países de capitalismo central e para redução dos preços dos produtos/mercadorias no mercado internacional. Ocorreu assim a “Revolução Verde”, que foi um processo de modernização da agricultura nos países subdesenvolvidos, um conjunto de iniciativas tecnológicas que transformou as práticas agrícolas, ocorrendo uma ruptura nos meios de produção e aumentando drasticamente o volume de alimentos produzidos no mundo (SILVA, 1996).

Esse processo de modernização da agricultura acompanhou as revoluções industriais e teve um grande progresso nos países desenvolvidos. Como a inovação industrial é um dos pilares para a modernização agrícola, é de se esperar que os países mais pobres da periferia do capitalismo ficassem marginalizados nesse processo de modernização.

A Revolução Verde começou a ganhar forma depois da Primeira Guerra Mundial quando houve o aumento da fome no mundo. Apesar de ter sido importante para aumentar a produtividade no espaço rural, existe uma série de críticas sobre essa “revolução”, sendo a

primeira delas em relação a justificativa de erradicar a fome⁴ no mundo – a ideia era que se houvesse um aumento da produção não existiria mais fome (SILVA, 1996).

Obviamente, sob o marco do capitalismo dependente, a situação da fome não foi solucionada, pois não foram enfrentadas as questões estruturais, como por exemplo, a má distribuição de renda, o aumento do nível de degradação ambiental, a alta dependência tecnológica em relação aos países desenvolvidos e o aumento da concentração fundiária no campo, formando assim uma disputa entre o pequeno produtor e o grande produtor em uma relação desigual (SILVA, 1996).

[...] Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos (FERNANDES, 2005, p. 26).

Essa modernização foi conservadora, pois ela preservou a estrutura fundiária nas mãos de grandes proprietários e também estimulou o aumento dessa concentração. Expandiu-se ainda a fronteira agrícola em áreas de reservas ambientais e sobre pequenas propriedades, que vão ser “engolidas”, ocorrendo a expropriação dos pequenos proprietários. Esse fenômeno foi chamado de fagocitose rural, quando grandes propriedades englobam outros menores. O campo, assim como as cidades, tem o seu conjunto de características relacionadas à forma como a terra está distribuída, ao tipo de alimento que produz, e as relações de trabalho que ali são efetuadas (SILVA, 1996).

O Brasil apresenta condições favoráveis para o agronegócio, como disponibilidade de terras agricultáveis, abundância de água, tecnologia, luminosidade, clima favorável e solo, propiciando assim a evolução da modernização no espaço rural. E nesse sentido, ao que se refere à “modernização” é possível afirmar também que a industrialização leva ao processo de urbanização. A indústria é uma atividade urbana, pois precisa de uma infraestrutura, como o fornecimento de energia elétrica, uma rede de transporte, uma rede de telecomunicações, e todos esses elementos formam a base material necessária para a produção.

A modernização no campo explicitou e desencadeou a utilização de grandes áreas

⁴ Para maiores informações sobre a fome, cf. ESPÍRITO SANTO, Lara Silva do. **Sobre as determinações materiais e sócio-históricas do fenômeno da fome, e as respostas político-institucionais construídas nas duas últimas décadas no Brasil para o seu atendimento**. 2021. 115 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: UFOP, 2021.

mecanizadas, que utilizam sementes geneticamente modificadas junto com o uso de agrotóxicos e pesticidas industriais, um “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade” (SILVA, 1996, p. 19). A produtividade aumentou, houve maior lucro no comércio internacional, como também a expansão na fronteira agrícola e o crescimento de cidades principalmente no centro Oeste do Brasil.

Para Fernandes (2002), a produção agropecuária do Brasil é um espaço de contradições. Uma delas é entre a agricultura familiar que historicamente se volta mais à produção e para o mercado interno, e a agricultura moderna, que produz em larga escala para a exportação. Temos o crescimento do uso de agrotóxicos para aumentar a produtividade, mas que tem provocado contaminação de recursos hídricos no solo e dos próprios alimentos. Temos um país que produz cada vez mais para exportação *commodities* como a soja e o açúcar, além da produção de carne, suco de laranja e café, mas não conseguem resolver os conflitos que ocorrem na sua zona rural, muitas vezes pela própria expansão agrícola das grandes empresas que produzem para o mercado externo.

A modernização trouxe muitas consequências negativas, como o desemprego de trabalhadores fixos dentro das áreas produtoras, expandindo uma nova modalidade de contratação – o trabalho temporário, em que a força de trabalho é contratada somente para a época da colheita. Essa força de trabalho foi formada por antigos trabalhadores rurais que migraram para a periferia e são contratados de forma temporária, chamados pejorativamente de boias-frias – “para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa [...] a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência” (PRADO JR., 2000, p. 22).

A acumulação do capital e seus impactos e modificações desencadeadas no campo e na cidade mudou completamente a vida dos trabalhadores, ocorrendo um alto índice de desemprego devido ao avanço da mecanização e da tecnologia, que substituíram os trabalhadores. Nesse momento, os pequenos produtores, posseiros e outros, acabaram sem condições de produzir e foram embora do campo, ocorrendo assim um grande êxodo rural, indo morar nas cidades que ficavam cada vez mais inchadas. As expressões da ‘questão social’ se agravam, a miséria e pobreza é o novo cenário a ser enfrentado pelos camponeses expulsos de suas terras (PRADO JR., 2000). “Se a mundialização da economia capitalista traz à tona novos sujeitos sociais e novas articulações, igualmente e contraditoriamente, traz também à tona a luta de novos personagens sociais [...]” (FERNANDES, 1996, p. 11).

Socialmente falando, passamos por um período de crescimento urbano e populacional, ocorrendo um aumento desordenado das cidades, gerando a falta de moradia digna, condição

de higiene precária, aumento de doenças, péssimas condições de trabalho, entre outros problemas. Em relação à segurança pública, quem vivia em bairro nobre podia dizer que vivia tempos de paz, já quem vivia no campo e na periferia das grandes cidades, a violência fazia parte do cotidiano.

A chegada das máquinas ao campo permite uma mudança no processo de produção, modificando o perfil do trabalho, aumentando a produção, reduzindo tempo e modificando todos os custos, dando forma a agricultura moderna. As mudanças que o campo passou a receber foram bem objetivas e claras (FERNANDES, 2002).

O agronegócio trouxe essa mudança radical para o espaço rural, o camponês foi expropriado de sua terra e agora é explorada pelo capital, os costumes, tradições, a vida simples do campo se tornaram subordinadas às; relações de poder. “Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que resistiram na terra, o poder do coronel era explicitado pela perseguição e morte” (FERNANDES, 2000, p. 02).

O capital provocou uma profunda modificação no contexto laboral e de vida dos trabalhadores do campo, eles não foram obrigados a abrir mão apenas de suas terras, mas de seu modo de viver, e direcionados forçosamente às cidades, ocasionando um contexto de se sentir fora de lugar nas grandes cidades. No século XIX, Lênin apresenta um estudo sobre a desintegração do campesinato no desenvolvimento contraditório da revolução industrial. Após estudar a economia russa, ele chegou à conclusão de que: “O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ela se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LENIN, 1988, p. 113-114).

A terra era um bem natural de todos, de uso comunal, porém o homem, a partir das relações sociais estabelecidas e assumidas historicamente passa a comercializar tal bem natural comum, a torna uma mercadoria. Relacionando a tal fato, Martins (2010) afirma que a agricultura brasileira se forma a partir de três particularidades: no latifúndio, na monocultura e na superexploração da força de trabalho. E como vimos até agora, a formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais e exclusão da classe trabalhadora em seu conjunto desde a colonização, a escravidão, a lei de terras, e a inserção no capitalismo de forma dependente, mostrando que o país cresce em um processo contraditório e hegemonicamente em favor da burguesia, neste caso, mais especificamente a favor da burguesia rural. Como já dito, a chegada da tecnologia nos processos produtivos vinculados ao campo mudou a vida do trabalhador deste âmbito, que teve que abandonar suas terras e seu modo de sobrevivência,

agravando a concentração de terras nas mãos da burguesia o que propicia um grande êxodo rural.

Fernandes (2000, p. 25) relata que “há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores”. Assim, como já teorizado anteriormente, torna-se essencial entender a raiz sócio-histórica que envolve a luta dos trabalhadores do campo contra o capital e o latifúndio enquanto uma de suas manifestações/conformações, para aprofundarmos no entendimento sobre a política da reforma agrária no Brasil.

Nesse sentido, mesmo em meio a forte repressão, os trabalhadores do campo historicamente resistiram/resistem e lutaram/lutam contra a subordinação ao capital. O camponês não desaparece, se reinventa:

[...] é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos (FERNANDES, 1996, p. 25).

No período da ditadura militar, período que já procuramos contextualizar histórica e economicamente nas linhas anteriores, os trabalhadores começaram a se unir como classe para reivindicar seus interesses, sendo um período de ampla ascensão dos movimentos sociais/populares. No próximo tópico, trataremos a importância dos trabalhadores se reconhecerem e se unirem enquanto classe, e falaremos dos movimentos sociais que surgiram no período ditatorial em defesa do campo, em especial o MST, movimento que é um marco das lutas sociais e continua sendo um coletivo forte e autônomo na luta pela reforma agrária e justa distribuição de terras em nosso país.

1.2 LUTAS DE CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS

“A história da humanidade é a história da luta de classe” (MARX; ENGELS, 1999, p. 10). É a partir de tal entendimento que se compreende que a história é feita através combate pelo contexto de luta entre as classes sociais antagonicas nos diferentes modos de sociabilidade experimentados e construídos pelo gênero humano ao longo de sua existência.

O materialismo histórico-dialético é o método construído e utilizado por Karl Marx para compreender e explicar a história partindo da realidade e reconhecendo o contexto da luta de

classes. A dialética nada mais é que a contradição que existe na sociedade entre a classe burguesa e a classe proletária (MARX, 1985).

Karl Marx e Friedrich Engels, no ano de 1848, escrevem um livro chamado *Manifesto Comunista* e evidenciam que em todas as épocas da história ocorre um antagonismo entre as classes sociais. Para eles, a sociedade se divide em duas classes fundamentais: os burgueses, que seriam os donos do meio de produção, e os proletários, que vendem a força de trabalho para a burguesia como única forma de sobrevivência. A burguesia é a classe que controla o processo produtivo, os meios de produção, detém a posse das terras, tem posse do capital, e a fim de garantir seus interesses peculiares enquanto classe social dominante objetiva obter sempre mais lucratividade, mais-valor aumentando seu capital, o que afeta e conforma a condição de existência dos proletariados enquanto classe social, especialmente com e a partir do aumento da jornada de trabalho e da diminuição dos salários, isto é da exploração da força de trabalho (MARX; ENGELS, 1999).

O proletariado é a classe social que vende sua força de trabalho em troca de um salário, são os “operários da fábrica”, historicamente composto por homens, mulheres e crianças, situação em relação ao trabalho infantil que se modifica ao longo dos anos e a partir das lutas travadas enquanto classe. Esse grupo social está ativo desde antes da revolução, é um grupo que foi expulso do campo e migrou para a cidade para trabalhar nas fábricas e com isso, teve sua vida totalmente alterada. Sem esse grupo de pessoas que se locomoveram do campo para a cidade, não haveria uma classe trabalhadora fabril/industrial. Então, essa força de trabalho excedente é utilizada nas fábricas recém-abertas para e que requisitam só trabalho assalariado, este momento histórico também é o momento em que a classe operária começa a tomar consciência do seu trabalho e do seu estilo de vida, da sua condição de existência a partir da exploração vivenciada em tal processo produtivo (MARX; ENGELS, 1999).

Assumindo novamente as formulações escritas no Manifesto Partido Comunista, os autores afirmam que o motor da história é a luta de classes, apontam que sempre houve conflito entre os opressores e os oprimidos. No século XIX os opressores seriam a burguesia, e os oprimidos os proletariados. O fato de sempre existir uma classe dominante vai fazer com que os opressores sempre queiram dominar mais, e os oprimidos queiram sempre sair desse domínio (MARX; ENGELS, 1999).

Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários não têm nada de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui

existentes. Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias (MARX; ENGELS, 1999, p. 50).

A classe dominante possui o domínio de todos os recursos, ideológicos, políticos e econômicos, contra a classe que sofre a dominação. A transformação social ocorrerá, na visão desses autores, a partir do momento em que a classe dominada se rebelar, se opuser e perceber que é efetivamente explorada. Ao entender que o discurso, ações e condições de existência da classe dominante não é o mesmo que o seu, os proletários passam a ter consciência de classe, isto é, se reconhecerem em um agrupamento social que vivencia dilemas e está em condição antagônica à classe que os domina e os oprime (MARX; ENGELS, 1999).

No desenvolver da histórica, temos no século XIX a Revolução Industrial⁵ e tal contexto desencadeia e se sustenta a partir de um cenário em que os trabalhadores vivem em situação de extrema pobreza e miséria, em que as expressões da ‘questão social’ vão conformar um processo de precarização da vida dos trabalhadores, uma vez que foram submetidos a todo tipo de exploração nas fábricas. Os proletários, num primeiro momento, não tinham legislações trabalhistas que os protegessem, homens, mulheres e crianças trabalhavam num regime de 16 a 18 horas por dia, essa exploração da força de trabalho é levada a níveis inimagináveis, desumanas, o que fez com que a classe trabalhadora/o operariado passasse a se reunir em movimentos sociais para tornar público as suas demandas (MARX, 1985).

Vários tensionamentos ocorrem nesse contexto contraditório, tal como a quebra das máquinas, visto que em determinados momentos históricos os trabalhadores compreendem que o processo de desemprego no qual eles estão inseridos é fruto da substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas. A inserção da tecnologia aprofundava as expressões da “questão social” e, nesse momento, os trabalhadores não tinham uma visão política, por isso achavam que quebrando as máquinas resolveriam a questão do desemprego. Foi a primeira vez que os operários chamaram a atenção da burguesia e do próprio Estado sobre sua situação (MARX; ENGELS, 1999).

Depois, houve o movimento Cartista - esse nome foi em virtude da carta que é elaborada solicitando algumas demandas, como direito ao voto universal, direitos a melhores condições de trabalho. O objetivo desse movimento social é tencionar para que algumas demandas da classe trabalhadora sejam atendidas. O sindicalismo surge no século XIX e tem como objetivo

⁵ A Revolução Industrial começou na Inglaterra no século XVIII, ela foi a responsável pela consolidação do capitalismo.

unificar as categorias e principalmente negociar essas reivindicações com os patrões (SAES, 1985 apud PEREIRA, 2015).

No momento em que o trabalhador vai para as ruas através dos movimentos sociais organizadamente em torno de um objetivo comum, as questões das expressões da ‘questão social’ ganham caráter político. Os proletários trabalhadores percebem que a única forma de dialogar/tensionar com o Estado e o capital será através da organização de greves e dos movimentos sociais. Quando esses movimentos sociais acontecem, no primeiro momento são duramente reprimidos pelo Estado, o uso da força, da coerção vai ser muito significativo. No segundo momento, quando o Estado e o capital percebem que mesmo reprimindo significativamente os movimentos sociais não cessam, são obrigados a dialogar (SAES, 1985 apud PEREIRA, 2015).

O Estado burguês, ao representar a unidade (vale dizer, proceder à unificação formal ou aparente) dos membros das classes sociais antagônicas no povo-nação, desempenha a função de neutralizar a tendência à formação de comitês de fábrica, desindicatos operários e de partidos revolucionários; isto é, de atomizar os produtores diretos, conservando-os num estado de massa (individualismo, concorrência no mercado de trabalho) e impedindo a sua constituição em classe social (na fábrica, num ramo da indústria etc.) (SAES, 1985 apud PEREIRA, 2015, p. 35).

Esse controle dos operários se dava por meio de leis emitidas pelo Estado, como por exemplo, na França, a Lei de Le Chapelier (de 1791) que proibia qualquer tipo de greve, e na Inglaterra, a Lei Combination Acts (de 1799) que proibia qualquer organização operária, e, também, principalmente por meio da força policial. Esses são alguns exemplos históricos de como o Estado atuava contra os movimentos desde que as classes operárias começaram a se unir e se organizar de alguma forma para melhorar as condições de trabalho, buscar uma mínima qualidade de vida e as suas condições adequadas (SAES, 1985 apud PEREIRA, 2015).

No âmbito rural, destacamos que:

A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros fundiários. Aumentando os números da violência e colidiram com a relutância camponesa que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas (FERNANDES, 2000, p. 44).

Os movimentos sociais são, podemos dizer, uma conquista organizativa da classe trabalhadora, são espaços da luta e do tensionamento ao Estado e à burguesia, bem como resultante desse tensionamento no bojo da luta de classes. Na sociedade capitalista, a classe trabalhadora não consegue pleitear nenhuma demanda se não for através da organização coletiva, seja a partir de movimentos sociais, do partido político, da organização sindical. No

próximo capítulo abordaremos o principal movimento social que luta pela reforma agrária em nosso país, como se organizam para alcançar seus objetivos e os obstáculos que enfrentam.

2 A LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO E A GÊNESE DO MST

Para Marx (1985), os trabalhadores do campo foram os que mais ‘sofreram’ com esse processo de modernização, pois foram expulsos de suas terras de maneira violenta, por meio de forte repressão. A partir desse processo, o autor afirma que a partir das novas relações sociais estabelecidas no bojo do surgimento do capitalismo enquanto modo de produção, os trabalhadores foram disciplinados para o sistema do trabalho assalariado, passando a vender sua força de trabalho como uma mera mercadoria, e recebendo nessa relação laboral um salário baixo, precário e dessa forma sucumbindo à exploração própria e decorrente da acumulação capitalista.

O pequeno produtor que antes produzia para sua subsistência, agora produz para os grandes proprietários que visam apenas a obtenção da mais valia. Em relações de desigualdade e contradições, o trabalhador se torna dependente e subordinado a esse modo de produção, uma vez que, para sobreviver, é necessário que venda sua força de trabalho (MARX, 1985).

E, ao assim acontecer, as classes dominadas do campo não tem outro caminho a não ser o de enfrentar, e negar, uma via de desenvolvimento capitalista que se apoia na conciliação entre os grupos dominantes urbanos e agrários, a partir da manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, à custa da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarianização irremediável (AZEVEDO, 1982 apud BRITO, 2015, p. 75).

As Ligas Camponesas foi um movimento que surgiu na década de 40, no Estado Novo do presidente Getúlio Vargas. O líder das ligas camponesas era Francisco Julião, que tinha como objetivo buscar melhores condições para os trabalhadores no campo e promover a revolução agrária – tornando a tensão no campo muito grande. A ideia das ligas camponesas era, através das ocupações de terras, fazer pressão ao governo a fim de buscar um diálogo a respeito da situação em que se encontravam os trabalhadores rurais (MORISSAWA, 2001).

A partir do momento em que esses movimentos passam a se organizar, num modelo de organicidade marxista, eles conseguem efetivamente deixar essa esfera do território mais localizado, passando a influenciar na esfera nacional. O PCB influenciou, inicialmente, os intelectuais dos partidos que perceberam a necessidade da reforma agrária e realizaram o trabalho de base e de formação política que resultou numa série de outros movimentos do campo organizados (MORISSAWA, 2001).

Surgiram, assim, os sindicatos rurais⁶, o movimento dos agricultores sem-terra no Paraná, a liga de posseiros Trombas e Formoso em Goiás – movimentos que emergem nesse primeiro ciclo de luta organizada. Em 1954, o PCB cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) e, logo após, ocorre o I Congresso Nacional de Lavradores (MORISSAWA, 2001).

Esse primeiro ciclo foi derrotado pelo golpe militar de 1964. Os militares perseguiram todas as lideranças das lutas camponesas, como também, todos os políticos de esquerda. Em 30 de Novembro de 1964, os militares criaram o Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, que apresentava os seguintes pontos: “Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964, s/p).

O campo brasileiro passou por uma grande modernização, o Estado passou a oferecer uma série de subsídios para criar condições para esse avanço através de uma política de créditos. O segundo objetivo era realizar a reforma agrária, garantir melhores condições aos trabalhadores do campo e inseri-los nas leis trabalhistas com os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos. O Estatuto da Terra serviria para atender os trabalhadores do campo, mas beneficiou a burguesia, que tinha apenas como objetivo diminuir e enfraquecer a influência desses movimentos (MORISSAWA, 2001).

Dois grandes movimentos, dentre outros, fizeram um expressivo enfrentamento contra a ditadura militar em nosso país: a “Teologia da Libertação”, que foi realizado de maneira conspiratória por padres e, a “Educação Popular”, por educadores populares progressistas. A partir desses movimentos, do trabalho de base e da formação política, estabeleceu-se uma grande organização de ação social - a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MORISSAWA, 2001).

A ditadura militar, no final dos anos 70, começa a declinar devido a uma crise econômica causada pelo grande número de empréstimos internacionais. Assim, vários setores da sociedade, como a igreja, universidades e partidos políticos se unem em um movimento conhecido como “Campanhas Diretas Já”, que tinha como principal objetivo a conquista da participação popular nas votações. A partir dos anos de 1980, a população vai para as ruas, participando de várias manifestações e conformando um momento de grande efervescência política e cultural no Brasil. A redemocratização no Brasil ocorreu de forma gradual e lenta, visto que o país estava saindo de uma ditadura que perdurou mais de duas décadas e entrava

⁶ Em 1960 foi formado o sindicalismo rural. Ele tinha como objetivo lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais para uma melhor condição de vida.

numa fase democrática de muitas esperanças e expectativas. Os movimentos sociais daquele período apresentavam uma pauta bastante ampla de reivindicações, como a reforma agrária, moradia, saúde, políticas de reformas urbanas, dentre outras (MORISSAWA, 2001).

O MST surgiu nesse período, em que os trabalhadores do campo, arrendatários, e sem-terra lutavam pela sua sobrevivência. Momento que ocorreram muitas ocupações, lutas, mobilizações, e da confluência e junção desses inúmeros movimentos espalhados em todo o Brasil. O movimento nasce com a proposta de trazer revolução, no sentido de inverter uma ordem opressora, sendo uma contestação ao regime militar. O principal objetivo do movimento está sintetizado no lema “terra para quem nela trabalha” (MORISSAWA, 2001).

Para falar da gênese e consolidação do movimento, utilizaremos a partir de agora, fortemente o livro *A Formação do MST no Brasil* (2000), do professor Bernardo Mançano Fernandes, que, como o próprio título já diz, retrata a formação do movimento e também seus conflitos. O autor entrevistou inúmeras pessoas, sendo a maioria famílias sem-terra em diversos estados do país para entender a realidade e obstáculos que vivenciavam.

Fernandes (2000) inicia a obra falando sobre uma ocupação realizada pelos índios Kaingang da tribo Nonai, e que marcou aquele período. Eles tinham como objetivo pegar de volta as suas terras que foram retiradas pelos colonos-rendeiros. O governo, ao ver que os ocupantes não iam desistir, propôs que estes participassem do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em maio de 1978, os Kaingang conseguiram expulsar os colonos de suas terras (FERNANDES, 2000).

O autor relata também outra ocupação que marcou a fundação do MST, ocorrida na Gleba Macali, em 1979, na cidade de Cascavel no Estado do Paraná. A ocupação começou com 30 famílias, mas, à medida que os outros camponeses ficavam sabendo dessas terras que poderiam ser ocupadas, o movimento foi crescendo, chegando a 300 pessoas. Após muita resistência, os ocupantes conseguiram uma audiência com o governo, mesmo não obtendo uma resposta favorável, continuaram ocupando e resistindo (FERNANDES, 2000).

Outra ocupação destacada por Fernandes (2000), e que também foi fundamental para a gestação do movimento, aconteceu na Encruzilhada Natalino:

Na luta pela terra, a encruzilhada também tem o sentido do cruzamento dos caminhos construídos durante a resistência. Cruzam-se os caminhos da vitória e da derrota. A encruzilhada é o lugar como em toda tomada de decisão para qual direção deve se seguir, como objetivo de conquistar a terra. A luta tinha como objetivo buscar os interesses dos trabalhadores do campo que foram diminuídos com a chegada da modernização agrícola (FERNANDES, 2000, p. 55).

Com o intuito de romper com os processos de ocupação de terras do governo ofereceu aos sem-terra oportunidades de emprego na região. Os ocupantes ganharam forças para resistir com o apoio da CPT e do Movimento da Justiça e Direitos Humanos, e não cederam a negociação. À medida que o governo não solucionava a situação, os sem-terra decidiram ocupar a Praça da Matriz em Porto Alegre-RS para colocar maior pressão. Assim, conseguiram uma audiência com o governador da época, mas ele continuou com a mesma proposta de empregos aos trabalhadores em troca da desmobilização da ocupação. Ao voltarem para a encruzilhada foram surpreendidos pelos militares que passaram a espioná-los (FERNANDES, 2000).

Em setembro de 1983, o novo governador liberou 1800 hectares de assentamento definitivo para os sem-terra nas cidades de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Foi uma grande conquista para os camponeses que persistiram e lutaram pelos seus direitos. A partir daí, iniciou-se o processo de organização do assentamento

[...] a vitória dos acampados da Encruzilhada demarcou a história das lutas camponesas. Foi uma prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer (FERNANDES, 2000, p. 59).

As famílias assentadas receberam apoio da CPT que realizou todo o trabalho de base nas comunidades eclesiais. Eram feitas reuniões que objetivavam a conscientização da importância da reforma agrária e de melhores condições de vida - foram criadas comissões de saúde, alimentação e educação, para manter um maior conforto para as famílias assentadas. As experiências adquiridas nessa ocupação foram essenciais para a organicidade e formação política do MST (FERNANDES, 2000).

Apoiados pela CPT, representantes de outros movimentos sociais de esquerda, sindicatos e trabalhadores rurais desencadearam a realização do Primeiro Encontro Nacional do MST, em Cascavel, no Paraná. Nele foram abordados cinco pontos que são essenciais para a luta: o primeiro foi a luta pela reforma agrária, não somente sindical e por melhores condições de trabalho, mas sim, uma luta para além das necessidades imediatas, e um projeto de desenvolvimento para o país; o segundo ponto abordava uma sociedade com menos desigualdade social – o MST sempre se colocou contra o modo de produção capitalista, buscando sempre pela cidadania, justiça e equidade; o terceiro refere-se à união da luta dos sem-terra com os trabalhadores rurais, para todos terem a mesma consciência e juntos lutar pelos seus direitos; o quarto ponto objetivava proporcionar que todas as famílias tirassem da terra o seu próprio sustento; o quinto é buscava ressaltar a importância da organicidade e

autonomia política, realizando trabalhos de bases para a construção de um movimento forte e resistente (FERNANDES, 2000).

Nessa época ainda não tinha se estabelecido no Brasil uma política de reforma agrária e, em 1984, inicia-se uma zona de conflito por conta da grilagem, principalmente no estado do Pará. De um lado, havia os grileiros, e de outro, os posseiros da terra, que produziam há anos. Os grileiros intentavam expulsá-los das terras, o que ocasionou um grande enfrentamento/conflito armado no Pará⁷. A polícia militar também agiu fortemente contra as ocupações, ocasionando muita violência e morte “foi uma operação de terror: rajada de metralhadoras para sobre a cabeça das pessoas deitadas, amarraram outras em árvores e torturaram” (FERNANDES, 2000, p. 65).

Durante cerca de duas décadas a Ditadura Militar fez com que o povo fosse repetidamente privado de várias garantias, somadas as restrições e proibições, e ainda graves casos de torturas e perseguição política. Com o processo de redemocratização, o país teve um grande avanço em relação a este período precedente, ao menos no que se refere nas letras das leis, principalmente com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a atual Carta Magna da República Federativa do Brasil. O documento foi elaborado em um espaço de 20 meses, com 558 constituintes entre deputados e senadores da época, e trata-se da oitava na história do país desde sua independência (FERNANDES, 2000).

Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, ganhou o apelido de Constituição Cidadã por ser considerada a mais completa entre as constituições brasileiras, com destaque para vários aspectos que garantem o acesso à cidadania, como também a ampla participação popular durante a sua elaboração. Esse cenário causou uma gradual reação da opinião pública com reflexo na assembleia constituinte responsável pela confecção da nova carta. A CF representou um grande avanço social, além de colocar o Brasil num rumo da democracia plena (FERNANDES, 2000).

A CF, no inciso XXIII, do artigo 186 abordou sobre a função social da propriedade no Brasil, trazendo tópicos importantes para a questão agrária do país:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
 I – aproveitamento racional e adequado;
 II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
 III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

⁷ No Capítulo 3, vou relatar em detalhes como foi este conflito no estado do Pará.

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, s/p).

Esse artigo aborda sobre uma nova condição para conseguir a posse de um pedaço de terra. A função social da terra determina que qualquer pessoa, ao comprar uma propriedade, terá que produzir atendendo ao bem coletivo, gerando alimento e emprego, além de melhorar a condição de vida dos trabalhadores do campo.

Dialogando com tais considerações históricas e com o posicionamento do autor fortemente utilizado para a elaboração e resgate do que estamos denominando “gênese” do MST, apontamos, resgatando Ruy Mauro Marini, autor já utilizado nos itens anteriores, que a CF, ao mesmo tempo que trouxe elementos democráticos e de avanços em relação ao contexto ditatorial militar, permaneceu circunscrita aos limites da ordem burguesa, do capitalismo dependente e isso implica fortemente no contexto de garantias legais e normativas ao direito à terra, à reforma agrária, bem como ao da manutenção da dominação oligárquica-burguesa sobre a classe trabalhadora no país, sob os moldes do capitalismo dependente (MARINI, 2016).

A CF representa esse paradigma de contradição e algumas vitórias de acordo com Marini (2016). Desde o processo eleitoral em que ocorreu a manipulação da burguesia, que manteve alguns candidatos do mandato vigente sem se importar em realizar uma eleição que incluísse a população e os indicados das organizações sociais, beneficiando assim os seus próprios interesses. Decorrente do processo constituinte após mais de duas décadas de regime militar a Carta tem o autoritarismo presente na sua formulação, isso decorre do fato de que os militares mantiveram influência no poder de decisão pertinentes as leis do país. O autor aponta ainda que a Carta vem com uma característica nova ao trazer um perfil mais democrático, resultante da participação popular.

A participação popular demonstrou a força da diversidade e do conhecimento que a sociedade conquistou na luta pelo fim da ditadura e por seus direitos. Apesar deste certo avanço, a voz do povo sofreu certo controle pelos poderes constitucionais, também as organizações sociais tiveram seu acesso ao aparelho estatal de forma limitada, não tendo o direito e a possibilidade de sugerir diretamente nas formulações das políticas públicas. “Neste sentido a influência da vertente democrática burguesa na constituição de 1988, não contraria em absoluto a sua essência liberal” (MARINI, 2016, p. 416).

O autor relata que mesmo a Carta sendo escrita no seio da burguesia, não deixou de ter avanços sociais. A mobilização popular realizou uma mudança significativa no regime liberal mostrando que é possível a classe se unir para lutar em prol dos seus direitos. Assim é necessário, como o autor fala, que utilizemos as ferramentas que a Constituição nos oferece,

não deixando-as apenas no papel. No próximo tópico será abordado como o MST se organizou na luta pela reforma agrária após a CF de 1988, e quais foram as mudanças que trouxe para a questão agrária brasileira.

2.1 A CONSOLIDAÇÃO E AUTONOMIA POLÍTICA DO MST

O MST atua na tentativa de fazer-se aplicar a Constituição Federal de 1988, ou seja, que toda terra sem uso ou devoluta seja apropriada pelo Estado mediante indenização e distribuída a quem não possui terras, promovendo, assim, a reforma agrária. Entende-se, dessa forma, que uma pessoa não pode comprar um terreno de 100 hectares apenas com o intuito de ganhar lucro sobre ele, e vender após alguns anos com o valor maior. De acordo com a Constituição, é proibido usar a terra como uma mercadoria, sendo para o uso de todos que dela necessitam e assim cumprindo a função social da propriedade (FERNANDES, 2000).

Inicialmente, o movimento denunciava a especulação imobiliária - terras que eram improdutivas ou griladas, mas não obtinham resultado. O movimento historicamente enfrenta alguns entraves com as políticas públicas atreladas ao agronegócio que buscam a perpetuação e manutenção desse sistema de grande propriedade rural, como também, com a bancada ruralista de parlamentares que freiam a reforma agrária a todo instante. Então, a partir de tais âmbitos limitadores, começaram a ocupar essas terras, como forma de chamar atenção do governo, se destacando dos outros movimentos de luta pela terra (FERNANDES, 2000).

O MST não é um partido político, não é uma ONG, é um movimento social que busca cobrar a política implementada no Brasil. Sabe-se que, paralela à grande concentração de terras, há o aumento da fome e da miséria no país. Dessa forma, se ocorresse uma adequada distribuição de terras, o problema poderia ser minimizado, as pessoas teriam trabalho, produziriam sua própria comida, teriam moradia, uma condição de vida mais digna, ou seja, uma saída para as famílias terem um lote de terra para tirar o seu sustento. Vale destacar que o movimento atua além da luta pela reforma agrária, também pelos interesses da classe trabalhadora ao que se refere à ampliação da igualdade social e aos direitos de cidadania (FERNANDES, 2000).

Fernandes (2000) retrata que a consolidação do MST vem das experiências passadas de todas as lutas camponesas que foram formando a base do movimento. Cada acampamento e reivindicação trouxe um direcionamento ao movimento, que foi se organizando e criando estratégias nas suas atividades, fortalecendo-se cada vez mais e criando autonomia política.

O MST possui seu próprio *site*, que contém toda a história do movimento, a forma como se estruturara, seus objetivos e os símbolos que representam a sua luta. O primeiro símbolo é a bandeira:

Figura 1 - Bandeira do MST



Fonte: MST, 2015a, s/p.

A cor vermelha representa o sangue que corre nas veias dos sem-terra; a cor branca simboliza a paz pela busca de uma sociedade mais justa; a cor preta demonstra o luto por todos os líderes e ocupantes que morreram pela causa; o facão reflete a ferramenta de trabalho usada no trabalho pesado no campo; o mapa do Brasil demonstra a necessidade de uma reforma agrária; a cor verde, a esperança de que ocorrerá uma distribuição justa das terras; e o casal representa os trabalhadores e trabalhadoras do campo lutando e resistindo contra toda opressão (MST, 2015a).

O segundo símbolo é o hino⁸ que foi escrito em 1987 por Ademar Bogo e pelo compositor Willy Corrêa. Os autores buscaram resgatar em sua letra o que vinha se formando no decorrer dos atos revolucionários do movimento:

Vem teçamos a nossa liberdade braços fortes que rasgam o chão sob a sombra de nossa valentia desfraldemos a nossa rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos!
 Vem, lutemos punho erguido Nossa força nos faz a edificar Nossa pátria li ver e forte construída pelo poder popular
 Braço erguido ditemos nossa história sufocando com força os opressores hasteemos a bandeira colorida despertemos esta pátria adormecida o amanhã pertence a nós trabalhadores!
 Vem, lutemos punho erguido Nossa força nos faz a edificar Nossa pátria livre e forte construída pelo poder popular Nossa força resgatada pela chamada esperança no triunfo que virá forjaremos desta luta com certeza pátria livre operária e camponesa nossa estrela enfim triunfará!
 Vem, lutemos punho erguido Nossa força nos faz a edificar Nossa pátria livre e forte

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Ec1MoHFaxU>. Acesso em: 22 jul. 2021.

construída pelo poder popular (MST, 2015a, s/p).

Luiz Felipe Albuquerque (2015), da página *on-line* do MST, relata que o compositor Willy Corrêa de Oliveira foi homenageado em 5 de junho de 2015 pelos sem-terra na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), tendo ficado muito feliz com o reconhecimento. Na entrevista a Albuquerque (2015, s/p) Willy afirmou: “O hino não fui eu quem fiz, pessoalmente. Apenas moldei aquilo que já existia, de uma tradição revolucionária extraordinária”.

A ocupante de um assentamento do Maranhão, Divina Lopes, declara, também a Albuquerque (2015, s/p) que: “O hino nos constitui enquanto militantes do MST e da classe trabalhadora. Todas as vezes que o cantamos, reafirmamos nosso compromisso com a luta pela terra, pela Reforma Agrária”. Outro símbolo que marcou o MST foi a lona preta que simboliza um rito de passagem de acampamento para assentamento, caracterizando a conquista da terra, como também todo o sangue derramado da violência que ocorre no campo contra os sem-terra (MST, 2015a).

O MST está organizado em 24 estados e nas 5 regiões do país – no total são cerca de 35 mil famílias que conseguiram um lote de terra. As famílias após assentadas permanecem organizadas e cuidadas pelo movimento, visto que, após assentadas nestes lotes de terra, não há nenhuma infraestrutura, acesso à educação, dentre outras necessidades básicas necessárias para uma vida digna. O movimento continua sua organização e luta, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo, como também é necessária a busca por uma melhor condição de vida ao trabalhador do campo (MST, 2015b).

Com essa dimensão nacional, as famílias assentadas vão se organizando numa estrutura participativa e democrática para as tomadas de decisões de cada área onde atua o MST. São escolhidos, dentro de cada assentamento, líderes homens ou mulheres para tomar a frente do grupo, sempre com a preocupação de incluir a participação das mulheres, que possuem papel fundamental nesse processo. Nas assembleias todos têm lugar de fala e direito a voto, sejam jovens, adultos, homens e mulheres - há todo um trabalho de base para que juntos venham ter a mesma consciência de classe. O maior espaço de decisão do MST são os congressos nacionais, que ocorrem em média a cada cinco anos e onde são realizados os principais direcionamentos do movimento em âmbito nacional (MST, 2015b).

O MST é esse movimento social, popular, formado por trabalhadores que são marginalizados pela nossa sociedade, são excluídos de muitos processos e acessos elementares, como o da escolarização, sendo que a maioria são analfabetos, “uma vinculação direta da

condição de pobreza, do latifúndio e da desigualdade social com a existência de pessoas que não sabem ler nem escrever” (CALDART, 2000, p. 251).

O maior índice de analfabetismo do Brasil se concentra no campo e o MST se propõe a organizar essas famílias valorizando o processo de escolarização, onde todos necessitam estudar, desde crianças a idosos. As escolas dentro dos assentamentos foram construídas pelas famílias, fruto do trabalho coletivo e que prioriza um ensino que inclui a realidade do campo em que eles vivem. Muitas foram construídas em diferentes estruturas tijolos, lona, bambu, pau-a-pique, algumas aulas são realizadas até mesmo debaixo de árvores (CALDART, 2000).

O termo “educação do campo”⁹ nasce no MST, quando em 1997 é realizado o 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária. A educação do campo se tornou um dos principais pilares de luta de todos os povos do campo, como os camponeses, os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores - a construção coletiva da escola é que vai formando a base da educação que o movimento almeja. A educação do campo veio para romper com o silenciamento, com a marginalização da educação oferecida nos assentamentos de reforma agrária, a educação rural sempre foi vista com desleixo e esquecida pelo governo (CALDART, 2000).

A educação do campo nasce com uma perspectiva transformadora e libertadora, visando trazer toda a dimensão do território para além da produção. O MST se preocupou em incluir nas escolas a cultura do povo, a arte, a música, a religiosidade, as línguas, a educação indígena, como também temas importantes como estudos sobre a agroecologia, a luta por reforma agrária, agronegócio, conflitos no campo, com o intuito de trazer a esses sujeitos uma consciência crítica da realidade em quem vivem (CALDART, 2000).

A educação do campo tem como base metodológica o autor Paulo Freire, especialmente o livro *Pedagogia do Oprimido*¹⁰, escrito em 1968. O educador relata a importância do diálogo, dos sujeitos terem direito a fala, a fim de se conscientizarem e de se libertarem para lutar pelos seus direitos. Os sujeitos precisam assumir seus papéis de construtores nas escolas para entenderem o porquê eles estão em um assentamento de reforma agrária, o que os colocou nessa situação e o que fazer para romper com essa alienação/condição próprias da ordem burguesa – “concepção e prática pedagógicas construídas e reconstruídas nas experiências sociais e

⁹ Caldart (2012, p. 259-261) afirma que a educação do campo é “[...] um fenômeno da realidade atual brasileira [...]” e está “[...] vinculado à realidade que o produziu [...]” objetivando a “[...] transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária”.

¹⁰ Paulo Freire, ao escrever o livro *Pedagogia do Oprimido* (1968), observou como a classe trabalhadora estava oprimida pela classe burguesa. Ele nos fez refletir que a educação e o diálogo é fundamental para desenvolvermos uma consciência crítica. Cf. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

históricas de opressão e nas resistências dos oprimidos, dos movimentos sociais pela libertação de tantas formas persistentes de opressão” (CALDART, 2000, p. 554).

Como relata Roseli Caldart, Paulo Freire trouxe a importância de o sujeito buscar a sua verdade:

Construiu sua reflexão em torno do processo de produção do ser humano como sujeito, e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço em tentar deixar de sê-lo, o que quer dizer, de tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação (CALDART, 2000, p. 203).

Atualmente a escola do campo trabalha com um método muito eficaz de alfabetização. Ele é dividido em duas etapas: quatro meses para o letramento, e quatro meses para o círculo de cultura que visam aprofundar a leitura e a escrita. Os círculos de cultura giram ao redor de eixos temáticos como terra, trabalho, cultura, história, identidade, direito e democracia. Estes são divididos em aulas com poesias, literatura, contos, como também dialogam em grupos com temas como diversidade, raça, gênero, sexualidade, etnia, que é fundamental para a luta contra o patriarcado (CALDART, 2000).

No intuito de superar o problema do analfabetismo, os movimentos sociais do campo têm desenvolvido uma multiplicidade de experiências metodológicas de alfabetização de adultos. As referências teórico-metodológicas buscaram de alguma forma apoiar-se na vertente pedagógica da educação popular; mas é importante enfatizar que em cada lugar, as comunidades rurais desenvolveram experiências de alfabetização utilizando-se de diversos meios de proporcionar aos jovens e adultos o acesso às primeiras letras. [...] (CALDART, 2000, p. 254).

Os assentamentos da reforma agrária têm como princípio produzir comida saudável para as famílias, principalmente para o autoconsumo. Hoje, o MST é um dos maiores produtores de arroz orgânico da América Latina e tem como um dos principais debates, a alimentação saudável. Eles sempre priorizaram o produto orgânico livre de transgênicos e agrotóxicos. Fruto dessa luta, o movimento abriu um espaço físico para a venda desses alimentos orgânicos chamado de “Armazém do Campo”, situado nas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pernambuco, Porto Alegre e São Luís. Atualmente, com a pandemia da COVID-19, eles viram a necessidade de abrir uma loja *on-line* que contém grande diversidade de produtos do trabalho dos pequenos agricultores (LANÇADA..., 2020).

O agronegócio representa uma parte significativa da nossa economia, e esse poder relaciona-se com a estrutura fundiária do Brasil e a forma como o desenvolvimento agrário sempre favoreceu a concentração de terras e a produção em larga escala. A revolução verde fracassou na promessa de produzir alimentos para alimentar a população e, erradicar a fome

não se cumpriu. O agro não é pop, não é tec, o agronegócio não é um progresso, não gera renda e emprego, é um modelo destrutivo orientado por uma lógica exploratória da terra para produzir *commodities*. Além disso, o Brasil é o líder mundial de utilização de agrotóxicos – mais de 20% de todo o veneno produzido no mundo vem para o nosso país (FERNANDES, 2002).

A principal característica da reforma agrária no combate ao latifúndio é combater a monocultura e, ao mesmo tempo, promover a agroecologia para que as famílias consigam produzir alimentos saudáveis. Não dá mais para produzir alimentos causando desmatamento, queimadas, envenenando terra e a água. O campo da produção de alimentos necessita de uma grande transformação política, econômica, social, ambiental, cultural e nutricional. Esses produtos processados geram ao longo do tempo uma péssima alimentação que pode desencadear doenças como diabetes, câncer, obesidade, dentre outras (FERNANDES, 2002).

A Agroecologia também possibilita reorganizar a produção de alimentos saudáveis para o sustento da família e da comunidade, não mais comprando produtos danosos a saúde nos supermercados. E possibilita ainda organizar a comercialização dos excedentes da produção de forma direta com os consumidores dos municípios vizinhos, eliminando atravessadores que muitas vezes exploram o produtor (MST, 2010, p. 54).

Fernandes (2002), afirma que é necessário aplicar políticas de soberania alimentar. Não adianta termos estoques, renda, e comida disponível no mercado, é preciso ter políticas mais duradouras que estimulem os agricultores a produzir todos os alimentos necessários para sua sobrevivência e conquistando, assim, a sua independência. Quem produz alimentos no Brasil são os pequenos agricultores, a chamada agricultura familiar. O fazendeiro do agronegócio produz *commodities*, não está interessado se está faltando comida na mesa da população brasileira, ele quer ganhar dinheiro vendendo para o mercado externo.

A política de Soberania Alimentar precisa estar direcionada diretamente para o agricultor familiar, pois é ele quem vai produzir esses alimentos e vai entregar para o mercado local. Sendo assim, para que os trabalhadores sem-terra se transformem em agricultores familiares e produtores de comida, é necessário ter acesso à terra. A reforma agrária nunca foi interesse da burguesia que faz o possível para preservar a concentração da terra, derrubando códigos ambientais que possam limitar a exploração da terra, preservando assim o velho modelo de propriedade baseado em grandes monopólios (FERNANDES, 2002).

O agronegócio, sendo um instrumento fundamental do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, faz com que o governo tente de tudo para derrubar qualquer movimento que se levante contra o modelo de produção. O capitalismo brasileiro tem como objetivo criar um

mercado interno de massas. O país sempre funcionou a partir da lógica externalizada da produção agrária e internamente a partir de um pequeno mercado de elite que envolvesse uma minoria do país, reduzindo os custos de produção e os salários pagos a quem produz na terra (FERNANDES, 2002).

Nessas condições é que o MST passou a ter um grande peso na luta por uma ‘revolução agrícola’. Não se trata apenas de distribuir terras, mas sim um modelo que industrialize a produção de alimentos e permita que o Brasil abandone esse velho modelo agroexportador para um concentrado na soberania alimentar, com alimentos saudáveis, na criação de um mercado interno de massas baseado em uma reforma agrária de caráter popular (FERNANDES, 2002).

A agroecologia é uma oportunidade para mudar esse cenário, com sua visão de mundo mais justo e igualitário. É necessário a descentralização da terra urgentemente, pois a única forma de democratizar a alimentação é permitindo a todos o acesso à terra. Segundo o MST (2010, p. 53):

Nos últimos 35 anos, uma nova ciência vem sendo formulada e organizada a partir da integração dos conhecimentos camponeses, indígenas e científicos, com o objetivo de orientar o planejamento e a implementação de modos de trabalho e de vida humanos que possibilitem a reconstrução ecológica da agricultura e da vida em sociedade. Esta ciência é chamada de Agroecologia.

Como foi relatado, o MST é um movimento que tem como objetivo não apenas a distribuição de terras, ele vai muito além na busca de conseguir uma vida mais justa aos trabalhadores do campo que há tanto tempo foram deixados de lado. Fernandes (2000, p. 222), afirma: “E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna”. Infelizmente, o MST é alvo de ataques do governo e da mídia que querem a todo tempo descredibilizar o movimento, colocando-o como criminoso e vândalo. No próximo capítulo será abordado de forma documental a repressão, violência e mortes ocorridas no campo – especificamente o que o MST tem vivenciado na última década (2010 a 2020).

3 O MST NO CONTEXTO DE CRIMINALIZAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo será abordado como o MST vem sendo criminalizado e como inúmeros trabalhadores rurais foram mortos indignamente por apenas lutar pelos seus direitos. A criminalização dos movimentos sociais pelo Estado é um uso nocivo do direito, é usá-lo para combater o direito de expressão, de se impor, para impedir a mobilização das pessoas que de forma organizada e coletiva lutam. Na disputa política, o Estado apoia e se estrutura a partir das classes dominantes do país, utiliza da força policial para poder reprimir pessoas que estão fazendo a luta social e exercendo o direito constitucional de “fazer pressão” contra as autoridades que devem realizar políticas públicas para minimamente garantir uma melhor condição de vida da classe trabalhadora e não realizam.

Olhando para a história do nosso país, a partir da reabertura democrática, um dos direitos fundamentais garantidos em lei é de poder se manifestar e, sobretudo, reivindicar os direitos que estão descritos na Constituição Federal de 1988. Entretanto, o MST tem sido vítima da violação desses direitos ao se manifestar. Além disso, sofrem preconceito pois os enquadram como organização criminosa e vários sem-terra e líderes do movimento têm sido assassinados por lutarem pela desapropriação de terras improdutivas.

3.1 VIOLÊNCIA E MORTES NO CAMPO

Vários líderes de movimentos sociais foram mortos injustamente, como por exemplo, Margarida Maria Alves, uma mulher nordestina que viveu nos anos 1933-1983, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida estudou até a quarta série e começou a trabalhar muito cedo, mas isso não a impediu de chegar ao cargo de líder sindical, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo em todo o estado. Ajudou a criar o centro de Reabilitação e Cultura do Trabalhador Rural, como também lutou pela equiparação dos direitos dos trabalhadores rurais com os direitos dos trabalhadores urbanos (MARGARIDA..., 2018).

Com isso, Margarida moveu mais de 100 ações contra fazendeiros e usineiros em prol dos trabalhadores rurais. Ela começou a receber ameaças, mas, mesmo assim, não desistiu de lutar e tinha como lema: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. No ano de 1983, Margarida foi assassinada por mandantes de um grupo de fazendeiros e nenhuma pessoa foi condenada pelo crime.

agosto de 1983. O tiro saiu de uma escopeta calibre 12, desferido por um pistoleiro. No momento do disparo, Margarida estava na porta de sua casa, em Alagoa Grande, Paraíba – na presença do marido e do filho de apenas dez anos de idade (MARGARIDA..., 2018, s/p).

O dia 12 de agosto de 1983 se tornou Dia da Luta Nacional Contra a Violência do Campo e pela Reforma Agrária. Nessa data, todos os anos, ocorre a Marcha das Margaridas, que é organizado pelas mulheres trabalhadoras rurais que, além de tratar dessas questões do campo, debatem sobre a violência de gênero (MARGARIDA..., 2018).

Figura 2 - Margarida Maria Alves



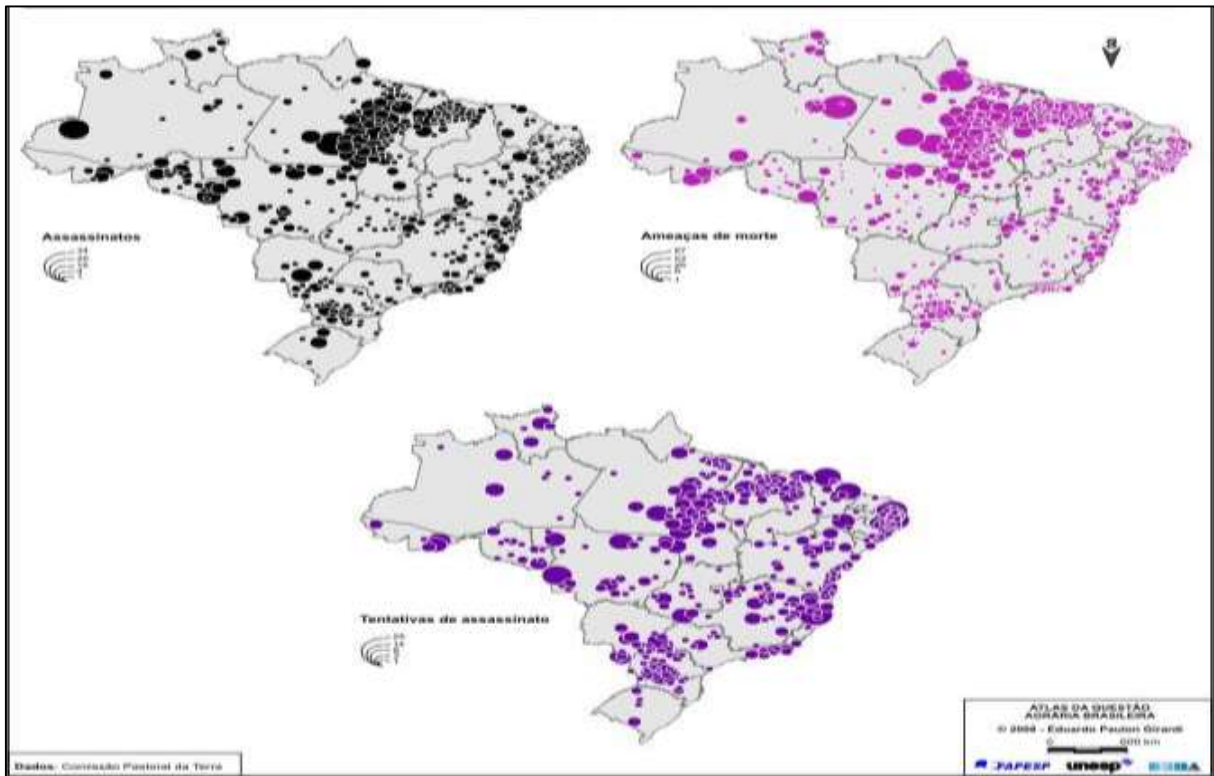
Fonte: MARGARIDA..., 2018, s/p.

Outro caso importante a se relatar é o conhecido massacre que ocorreu em Eldorado dos Carajás e que chocou toda a nação brasileira e mundial. Na dissertação de mestrado de Jose Afonso, *O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sudeste do Pará* (2016), o autor aponta que a motivação para escrever essa dissertação foi sua trajetória familiar, como também, pelo fato de ser morador do município de Marabá, no estado do Pará, pode presenciar a luta dos camponeses e o impacto que o massacre provocou na região.

Antes de ocorrer o massacre, o contexto econômico do Pará estava fortemente apoiado na pecuária, exploração da madeira e na mineração. O poder econômico se concentrava em grandes extensões de terras para manter sua produção. Os camponeses, cansados de serem explorados pelas empresas, começaram a ocupar essas terras, mas, os latifundiários e posseiros, para impedi-los, contrataram pistoleiros para matá-los. A violência e conflitos nessa região,

conhecida como “Bico do Papagaio”, se tornou constante e os trabalhadores do campo, para conseguirem sobreviver eram obrigados a aceitar essa situação (AFONSO, 2016).

Figura 3 - Violência Contra Camponeses e Trabalhadores Rurais (1986-2006)



Fonte: MENOS..., 2013, s/p.

Relacionando com o capítulo 1 e 2, e retomando os autores Karl Marx e Friedrich Engels (1999), podemos afirmar que o Estado é classista e apoia e se estrutura a partir dos interesses da classe dominante, por exemplo, quando proporciona subsídios e grandes extensões de terras para que as grandes empresas possam se instalar nos municípios, garantindo elevados níveis de produção e força de trabalho disponível para ser superexplorada. Os camponeses reivindicam o seu direito a um pedaço de terra, mas são expulsos dela e precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Os interesses das classes são contraditórios, e quando a classe trabalhadora reivindica os seus direitos mais elementares é violentamente reprimida.

O MST chegou no Estado do Pará em 1980 na cidade de Conceição do Araguaia, na região “Bico do Papagaio”, em um momento de tensão entre trabalhadores do campo e posseiros. O movimento começou a planejar estratégias para atuar no estado e o objetivo não era apenas possuir as terras, como também conseguir um diálogo com as elites que predominavam na região com o intuito de conseguir melhores condições de vida aos trabalhadores rurais (AFONSO, 2016).

A quantidade de trabalhadores sem-terra organizados no MST era expressiva e, para garantir o direito à terra a essas pessoas, eles lutavam pela desapropriação da Fazenda Macaxeira, localizada entre Curionópolis e Eldorado dos Carajás. Inúmeras famílias aguardavam o apoio do governo para doação de alimentos que, após várias negociações, prometeu doar cestas básicas. Entretanto, os alimentos não duraram por muito tempo e a fome e o desespero tomaram conta. Como estratégia para chamar atenção das autoridades, as famílias decidiram realizar uma marcha coletiva com destino a Belém para negociar com o governo do Estado. A marcha foi organizada de maneira que os homens iriam a pé e as mulheres e crianças iriam em transporte que foi combinado com a prefeitura da cidade de Curionópolis. A prefeitura não cumpriu com o combinado e, sem comida e transporte, aquela multidão de pessoas enfrentou uma grande calamidade, mas ainda assim não desistiram, e prosseguiram com a marcha (AFONSO, 2016).

Figura 4 - Trabalhadores rurais na manifestação em Eldorado dos Carajás



Fonte: RAVELI, 2020, s/p.

No dia 15 de abril de 1996 as famílias chegaram na Curva do S, próximo a Eldorado do Carajás, e ali pararam exaustos, com muita fome, e sem nenhuma assistência do governo. No outro dia resolveram obstruir a rodovia, para chamar atenção das autoridades com a esperança de serem atendidos. No dia 17 de abril foram surpreendidos com a chegada de 155 policiais fortemente armados para desobstruir a via. Foi uma chacina em que 19 camponeses foram brutalmente assassinados e 70 gravemente feridos (AFONSO, 2016).

Figura 5 - Enterro dos sem-terra mortos pelos policiais



Fonte: RAVELI, 2020, s/p.

Dos 155 policiais, 144 foram a julgamento e somente dois foram condenados – o major José Maria e o Coronel Mario Pantoja. Diante dos relatos e depoimentos de pessoas que estavam no momento da chacina, Afonso (2016) aponta que os comandantes da PM que comandavam a operação solicitaram aos policiais que escondessem os corpos para encobrir o verdadeiro número de mortos. Outro fato é que além dos policiais que realizaram a execução, também estavam os fazendeiros e posseiros, mas nenhum deles foi levado a julgamento.

Contudo, não se imaginava que o massacre teria tanta repercussão nacional e internacional. Todos ficaram chocados com tamanha crueldade, e devido à pressão que sofreram, após três meses da chacina, a Fazenda Macaxeira foi destinada para fins de reforma agrária e o assentamento recebeu o nome de “PA 17 de abril”, em memória aos camponeses mortos nesse crime. Todo ano, no mês de abril, o MST faz homenagens aos que resistiram até o fim lutando pelos seus direitos no assentamento da Curva do S. No assentamento é realizado um trabalho de acompanhamento pedagógico com os jovens e rodas de conversa para que eles possam se fortalecer na luta e entender a realidade que vivem. O dia 17 de abril ficou marcado como “Dia Mundial da Luta pela Terra” (AFONSO, 2016).

Um grupo de teatro chamado Estudo de Cena foi convidado pelo MST para realizar uma peça retratando a história do massacre de Eldorado dos Carajás. O diretor, Diego Noventa, criou uma *websérie* cujo nome é “A farsa: ensaio sobre a verdade”¹¹ composta de 21 capítulos. Para

¹¹ Disponível em: <https://www.estudodecena.com/a-farsa-ensaio-sobre-a-verdade>. Acesso em: 22 jul. 2021.

montar a série, o diretor recolheu depoimentos de pessoas que sobreviveram ao massacre e perderam amigos e família. Um dos depoimentos é de uma senhora que presenciou a coragem de uma repórter chamada Marisa Romão que entrou na frente dos policiais gritando para parar de atirar pois dentro da casa só havia mulheres e crianças.

A atual dirigente do MST, Poliane, que morava em Eldorado dos Carajás, fala de como o pânico foi o que permaneceu nas pessoas da região após o massacre:

Naquele tempo tinha, claro, essa divisão dos apoiadores e dos não apoiadores do movimento, mas tinha também uma sensação muito forte de medo sobre o que o Estado podia fazer com as pessoas. Em Eldorado naquela época, eu lembro que os pais da gente, passaram e ter muito receio. A minha mãe e as colegas dela que trabalhavam na escola diziam 'tenham cuidado, quando vocês verem a polícia em algum lugar, entrem em uma outra rua, lembra do que a polícia fez lá na curva do S com os sem-terra (A FARSA,,, 2020, s/p)

Mesmo após essa chacina, os conflitos e mortes no campo não pararam. Ao contrário, só vêm aumentando a cada ano. No próximo tópico serão feitas considerações acerca de como na última década, compreendida entre 2010 a 2020, inúmeros líderes do MST e trabalhadores do campo morreram devido à criminalização e repressão sofridas, como também, uma análise do avanço ou não da reforma agrária nos governos de Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018), e do atual presidente da república, Jair Bolsonaro (2019-2022).

3.2 ANÁLISE DA ÚLTIMA DÉCADA (2010-2020)

Para compreendermos a conjuntura em que vivemos é preciso avaliar o comportamento e posicionamento das classes sociais na sociedade e, sobretudo, as duas classes fundamentais - burguesia e proletariado. Os interesses são antagônicos: de um lado, a burguesia que detém o capital, e do outro lado, a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho para sobreviver, e por isso está inserida no contexto de necessidade de lutar pelos seus direitos mais elementares, frente e para com o Estado que se alinha fortemente a burguesia.

Os grandes meios de comunicação, o poder judiciário, o poder legislativo também está sob controle absoluto e alinhados à classe social que se apresenta como expoente do capital. Assim, compreender a conjuntura em que vivemos enquanto classe social é explicitar a correlação de forças que nos envolve e, dessa forma, criar condições e resistências para reivindicarmos os direitos mais elementares de nossa existência, e nesse sentido consideramos que a luta pela terra, para produzir na terra é um desses direitos.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado fortemente como fonte empírica o *site* da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que tem como missão dar apoio aos trabalhadores do campo em sua luta. A CPT apresenta em seu *site* um arquivo com dados de conflitos de violência e mortes no campo e desde 1985 denunciam as perseguições das autoridades sobre o campesinato. Realizando esse trabalho junto aos trabalhadores, eles cumprem sua missão pastoral:

1. nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais);
2. nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade;
3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da “terra sem males” (CPT, 2010, s/p).

Outra fonte utilizada foi a dissertação de Camila Ferracini Origuéla (2012) cujo tema é “A ascensão e a queda da luta pela terra no governo Lula”. De acordo com Origuéla (2012), durante o mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), os ocupantes e líderes do MST tinham muita esperança que finalmente teriam uma reforma agrária no Brasil. A população se animou com sua candidatura por ele ser nordestino e líder sindicalista da esquerda, participante dos movimentos populares e que entendia a causa da classe trabalhadora. Em sua campanha eleitoral ele sempre defendeu a reforma agrária no Brasil e apoiava o MST.

O geógrafo Bernardo Fernandes (1999, p. 37) relata como foi a relação do MST com o PT:

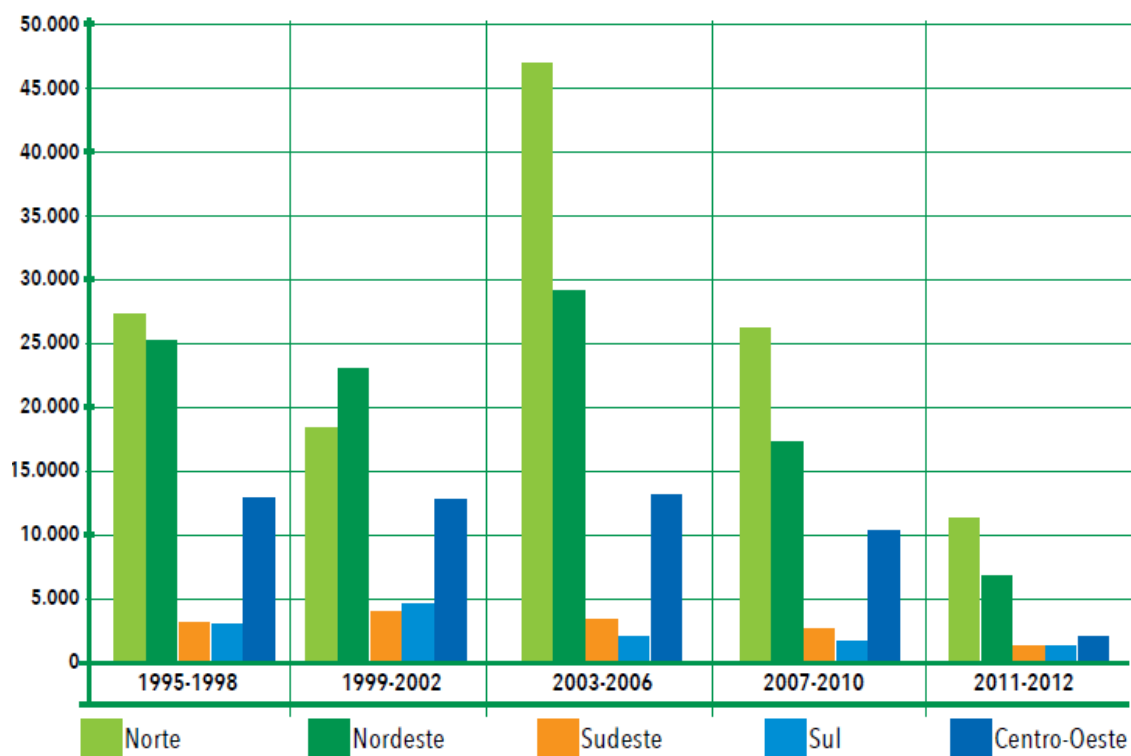
Para nós a relação partidária sempre foi muito clara. É uma relação de autonomia. Por acreditarmos no caráter classista do PT, ajudamos a fundá-lo em vários lugares. Muitas das lideranças que surgiram da luta pela terra passaram a militar no partido, como dirigentes ou como parlamentares. A proposta de reforma agrária do MST também sempre esteve muito próxima à do MST. Algumas vezes, até mais radical. Lembro-me de uma vez em que José Gomes da Silva, membro da Secretaria Agrária Nacional do PT, defendeu enfaticamente que as propriedades rurais deveriam ser limitadas a um tamanho máximo de 500 hectares. Nossa proposta era de que esse limite fosse de mil hectares. Há uma proximidade quase natural entre um movimento com características popular, sindical e política, e a proposta política de um partido da classe trabalhadora. Esta proximidade nunca prejudicou a autonomia das duas organizações. Nunca misturamos as bolas. Eventualmente, em um ou outro lugar em que essa autonomia fosse prejudicada, em que pessoas tenham se desviado da luta ou em que o PT não tenha assumido a luta pela terra, isso trouxe prejuízo para os dois lados. Ou o MST fracassou, ou o PT fracassou.

No início do seu mandato, o ex-presidente Lula elaborou junto com Plínio de Arruda Sampaio o “II Plano Nacional de Reforma Agrária” (II PNERA), após diversos estudos sobre

a estrutura agrária do país e conversas com o MST. Para colocar em execução o projeto eles teriam que criar alianças e tiveram desafios com os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A proposta inicial era de assentar 1 milhão de famílias, porém os técnicos acharam um grande custo para o governo e assim foram assentadas somente 400 mil famílias (ORIGUELA, 2012).

O Gráfico 1 mostra como no ano de 2003 o número de famílias assentadas aumentou no primeiro mandato do governo de Lula:

Gráfico 1 - Média Anual de famílias assentadas por mandato presidencial



Fonte: PROGRAMA DE GOVERNO DE MARINA SILVA E BETO ALBUQUERQUE¹², 2014, p. 55.

A autora Camila Origuéla (2012, p. 02) cita alguns elementos que colaboraram para essa ascensão dos assentamentos no início do governo: “a) a proposta do II PNRA; b) o frequente diálogo do presidente com os movimentos socioterritoriais; c) o vínculo político e ideológico entre o presidente e a reforma agrária”.

A CPT, em 2011, realizou um balanço da reforma agrária no final do governo Lula. De acordo com a CPT, a reforma agrária não foi prioridade do governo e no segundo mandato a situação piorou visto que houve diminuição do orçamento destinado às questões agrárias

¹² O referido programa de governo, apresentado na corrida presidencial de 2014, pode ser acessado em: https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2014/08/marina_programadegoverno.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

(PORTAL CPT, 2011). O governo, não seguiu com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, escolhendo investir no agronegócio, nas empresas transnacionais e na mineração:

Em 2010, houve uma redução das famílias assentadas em 44% com relação ao ano passado, o qual já foi bastante insuficiente diante das promessas e dos deveres de um governo de fazer a Reforma Agrária e, sobretudo, diante das necessidades das famílias camponesas. Também ocorreu neste ano uma drástica redução de 72% no número de hectares destinados à Reforma Agrária (PORTAL CPT..., 2011, s/p).

Para Origuela (2012, p. 02), os fatores que contribuíram para esta queda foram:

a) a correlação de forças impediu a realização de uma ampla reforma agrária; b) a diminuição do número de assentamentos rurais criados inibiu a ida de famílias sem-terra aos acampamentos; c) o presidente preferiu ampliar os índices de distribuição de renda por meio de políticas compensatórias, ao invés de investir em um processo de distribuição de terras e desenvolvimento territorial.

Acerca da violência no campo no governo Lula, dados da CPT (2010) apontam que os assassinatos cometidos pelos camponeses no campo aumentaram em 69% de 2002 a 2003, porém, em 2004 e 2005, as mortes caíram. Entretanto, para Antônio Canuto, coordenador da CPT, isso aconteceu não porque a violência diminuiu, mas devido a diminuição das ocupações, conforme vemos em fala de Canuto destacado em matéria publicada por Casiraghi (2007, s/p) no *site* do MST:

Os números da violência cresceram assustadoramente no primeiro ano de governo, sobretudo. Os movimentos sociais imaginavam que o Lula faria a reforma agrária e, então, foram para cima. Já o latifúndio também achava que o Lula iria fazer a reforma agrária. Então, usou de todos os instrumentos que tinha em mãos para tentar barrar a reforma. Agora, já no 2º, 3º e 4º anos, o número de conflitos diminuiu porque os fazendeiros viram que o Lula não iria fazer nada.

A CPT registrou em seu banco de dados que em 2010, o último ano do mandato do ex-presidente Lula, ocorreu 30% a mais de mortes do que no anterior:

O relatório registra 34 trabalhadores rurais assassinados em conflitos no campo no ano de 2010. Um número 30% maior que no ano anterior, quando foram assassinados 26 trabalhadores. O aumento da violência no campo assusta e vítima, também, comunidades tradicionais. O relatório mostra, também, o aumento dos conflitos pela água, os dados de trabalho escravo e sua expansão em estados considerados “desenvolvidos”, além de ações de resistência dos movimentos e organizações sociais e das ações dos poderes público e privado contra a luta do povo pobre do campo, que busca se firmar e trabalhar em sua terra (PORTAL CPT..., 2011, s/p).

O MST criou uma grande expectativa que o governo Lula iria trazer grandes mudanças na estrutura agrária do país. Não podemos negar que houve avanços – o fato de não ter

criminalizado o movimento, propiciou a realização de maiores ocupações. O movimento teve a oportunidade de realizar um trabalho de base através de um maior diálogo com o governo e a população, como também de assentar 400 mil famílias pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária. Infelizmente, no segundo mandato, a reforma agrária não avançou devido a opção do governo de fazer crescer a agroindústria. Mesmo diante de toda a dificuldade, o movimento continuou perseverante na sua luta.

Entre os anos de 2011 a 2016, quem governou o país foi a ex-presidente Dilma Rousseff, dando continuidade ao governo do partido dos Trabalhadores (PT). A candidatura da nova presidenta renovou a esperança do MST para colocar em ação o plano de reforma agrária. No entanto, ela não progrediu com as questões agrárias em prol da classe trabalhadora, mas intensificou o desenvolvimento do agronegócio. A presidenta subsidiou o investimento para o avanço da tecnologia no campo em benefício dos grandes latifundiários que lucram com a produção.

Os pequenos agricultores e a agricultura familiar não receberam o mesmo apoio do governo e a produção do mercado interno continuou em desvantagem em relação as exportações de alimentos para o mercado internacional. Como foi relatado nos 1º e 2º capítulos, e retomando o autor Ruy Mauro Marini (2005), o Brasil tem uma relação de dependência com os países desenvolvidos, tudo o que é produzido através do agronegócio em nosso país é vendido como *commodities*, mantendo a concentração de grandes extensões de terras, e gerando renda para a classe dominante. Em contrapartida, o país não tem uma indústria interna de alimentos, e os pequenos agricultores que produzem alimentos saudáveis e levam comida para a população brasileira, enfrentam dificuldades para prosseguir com a sua produção.

O Brasil possui cerca de 55 milhões de hectares cultivados, destes, aproximadamente 40 milhões já recebem sementes transgênicas. A soja, com 67,2% e o milho, com 31,2%, são as espécies transgênicas mais utilizadas. Entre 2013 a 2014, o Brasil foi o país que registrou maior aumento de áreas cultivadas com sementes transgênicas no mundo. Segundo o IBGE, a expectativa é que entre 2014 e 2015 haja um aumento de 3,9%, chegando a 42,2 milhões de hectares, o que corresponderá a mais de 55% de toda a área cultivada no país (NOTA..., 2015, s/p).

A reforma agrária no governo Dilma despencou, não sendo mais a prioridade do governo PT que tanto em seus discursos defendeu essa bandeira historicamente. O projeto se tornou uma “contrarreforma agrária” – as ocupações diminuíram e ocorreram várias desapropriações dos assentamentos.

Gráfico 2 - Número de famílias assentadas por ano

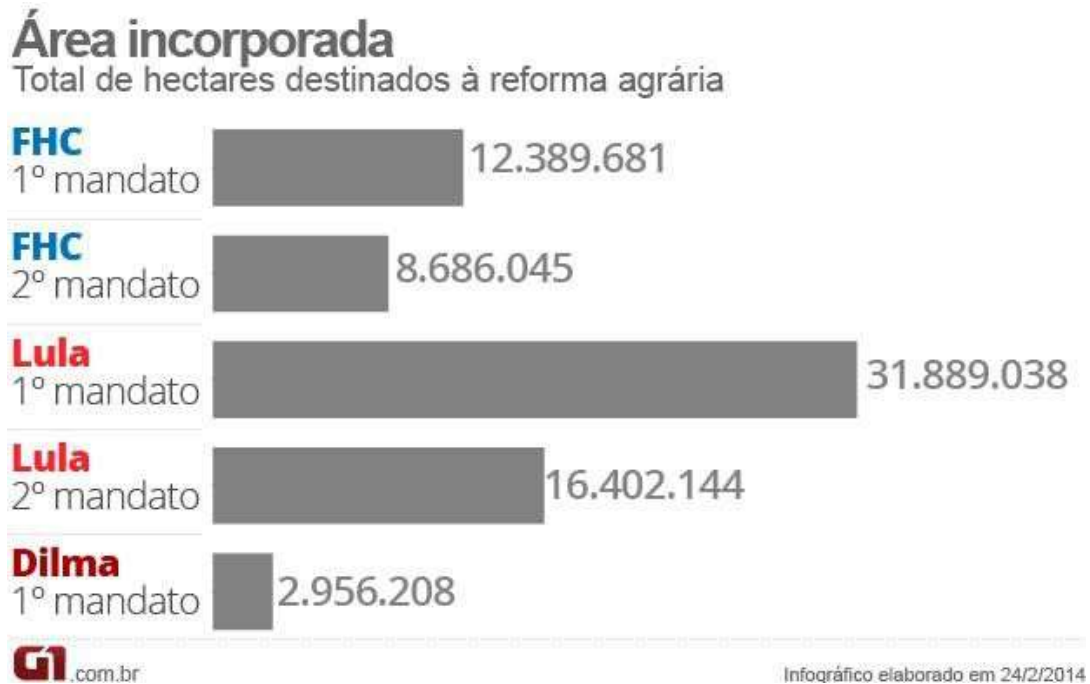


Fonte: REIS; RAMALHO, 2015, s/p.

O Gráfico 2 apresenta o número de famílias assentadas desde o governo FHC até o governo Dilma. Conforme os dados, houve uma queda significativa no número de assentamentos a partir do mandato de Dilma. Um dos fatores que levou a essa situação foi as desapropriações dos assentamentos já conquistados, levando o MST a realizar menos ocupações. A CPT realizou um balanço da reforma agrária em 2014 e do primeiro mandato da presidenta Dilma:

De acordo com os dados de institutos oficiais de pesquisa, durante os anos de 2011 a 2014 foram “assentadas” 103.746 mil famílias. No entanto, é preciso fazer um alerta: 73% correspondem a famílias ligadas a processos anteriores ao mandato da presidenta Dilma. Se levarmos em consideração as ações originárias em seu próprio governo, esse número cai para 28.313 mil famílias. Para piorar ainda mais o quadro, todas essas famílias não estão ligadas necessariamente a criação de novos assentamentos, mas também a casos de regularização junto ao Incra. Como apontam os dados, 43,1% da área total obtida nesses quatro anos referem-se a reconhecimentos de áreas antigas, já ocupadas por essas famílias, em vários estados do país (BALANÇO..., 2015, s/p).

Gráfico 3 - Total de hectares destinados à reforma agrária



Fonte REIS; RAMALHO, 2015, s/p.

O Gráfico 3 complementa esses dados mostrando como o governo foi falho ao não disponibilizar lote de terras para as famílias que necessitam. A reforma agrária no governo Dilma foi a que teve menor avanço, conforme os dados apresentados pela CPT em 2015, na publicação intitulada *Balanço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff*:

No ano de 2014, último de seu mandato, a presidenta Dilma assentou/regularizou apenas 6.289 mil famílias. O número é obsceno se comparado ao volume de mais de 200 mil famílias sem-terra que se encontram atualmente mobilizadas pela Reforma Agrária no país, segundo os movimentos de luta pela terra no Brasil (BALANÇO..., 2015, s/p).

O Estado brasileiro realiza essa distribuição injusta deixando milhares de famílias desamparadas, expulsando-as de suas terras:

Progressivamente, as famílias continuam sendo expulsas de suas terras para dar lugar ao empreendimento portuário, que invade os territórios camponeses, sob o pretexto de ser a “locomotiva” do estado. Neste ano que se encerra, foram mais de 230 famílias expulsas do local em que viviam tradicionalmente sob a justificativa de “preservar áreas ecológicas e instalar novas indústrias (BALANÇO..., 2015, s/p).

Nos anos entre 2011 a 2016, o índice de conflitos no campo volta a subir devido a omissão do governo e a impunidade diante a violência contra os trabalhadores rurais sem-terra.

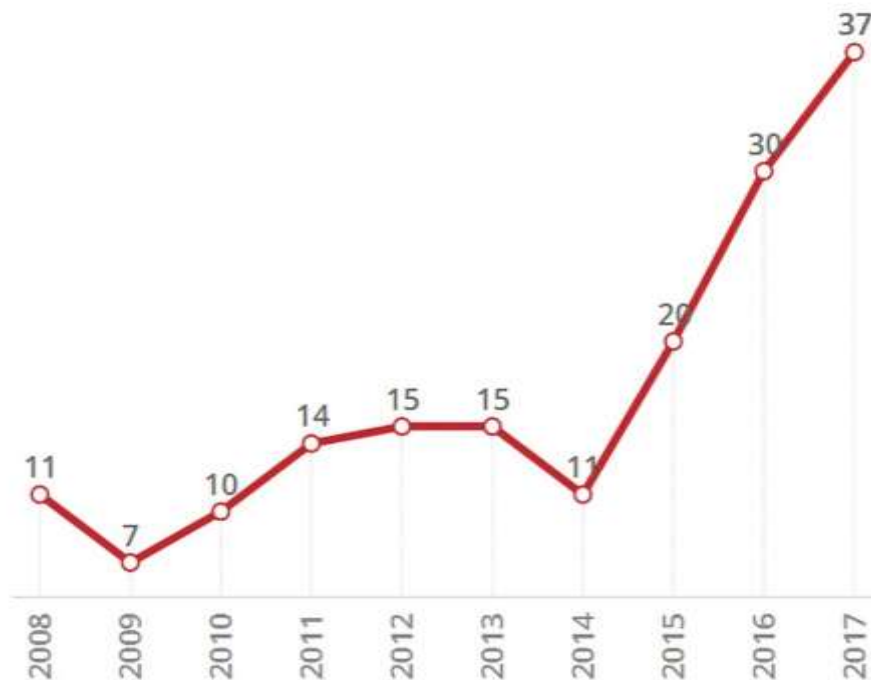
Um conflito que marcou nacionalmente e internacionalmente foi o caso da expansão do Complexo Industrial do Portuário de Suape no estado de Pernambuco. Para conseguirem o avanço territorial para a expansão da empresa, os moradores foram expulsos e ameaçados, sendo obrigados a saírem de suas moradias (BALANÇO..., 2015).

Até o final de novembro, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, tinha registrado o mais alto número de assassinatos no campo, desde 2004, 46 pessoas – camponeses, sobretudo posseiros, sem-terra e assentados da reforma agrária. 44 destas mortes ocorreram na Amazônia. A maior parte dos conflitos nesta região está relacionada a terras públicas griladas. A fraqueza do Estado em recuperar estas áreas para destiná-las à Reforma Agrária, como manda a Constituição, favorece que os ataques de grileiros e pistoleiros se multipliquem, bem como as invasões de áreas e a expulsão de famílias (BALANÇO..., 2015, s/p).

Gráfico 4 - Assassinatos em conflitos por terra

Assassinatos em conflitos por terra

Dados contabilizados entre janeiro e maio no Brasil



FONTE: Comissão Pastoral da Terra



Infográfico elaborado em: 26/05/2017

Fonte: DANTAS, 2017, s/p

No Gráfico 4 conseguimos perceber como as mortes no campo aumentaram no governo Dilma, a violência tornou-se meio de controle das autoridades que abusam do seu poder para conseguirem os seus objetivos. Outra situação que ficou marcada no governo foi a paralização da demarcação dos territórios indígenas:

Apenas 11 homologações foram feitas pela Presidenta durante os quatro anos de governo. Com isso, a presidenta passa a ser considerada a que menos demarcou terras indígenas, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Ainda de acordo com o Cimi, das 1.047 terras indígenas reivindicadas por estes povos atualmente, apenas 38% estão regularizadas. Cerca de 30% das terras estão em processo de regularização e 32% sequer tiveram iniciado o procedimento de demarcação por parte do Estado brasileiro. A situação das comunidades quilombolas não é diferente. Segundo dados da Fundação Palmares, o Brasil possui atualmente 2.431 comunidades certificadas pelo órgão. Mas, apenas nove delas foram tituladas durante o primeiro mandato de Dilma (BALANÇO..., 2015, s/p).

Essa paralização na demarcação dos territórios levou ao aumento dos conflitos no campo, como aponta o coordenador regional da CPT em Tocantins: “Um dos motivos desse aumento se deu pela identificação de conflitos já existentes em comunidades quilombolas. São comunidades da região Sul/Sudeste do Tocantins que lutam há anos pela demarcação de seus territórios” (NÚMERO..., 2017, s/p). Outro motivo que levou ao aumento dos assassinatos no campo foi a irresponsabilidade do governo Dilma ao legitimar a grilagem de terras no Brasil. Essa decisão dá poder aos posseiros que passam a agir de forma violenta, expulsando e matando os camponeses que lutam pela desapropriação de terras improdutivas e devolutas.

Ao analisar o governo de Dilma, conclui-se que as grandes extensões de terras destinadas a manutenção da produção agroindustrial foram mantidas e os trabalhadores do campo mais uma vez ficaram sem apoio do Estado. O governo, além de não realizar a reforma agrária, implantou leis que dificultaram ainda mais a ação do MST que luta pela democratização das terras no país.

O próximo presidente a assumir o governo brasileiro foi Michel Temer, que governou o país nos anos de 2016 a 2018 após o *impeachment*¹³ de Dilma Rousseff. Desde o início do seu mandato houve muita tensão devido ao *impeachment* que tirou Dilma do cargo de presidenta e

¹³ “O impeachment de Dilma Rousseff consistiu em um processo iniciado com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como presidente da República Federativa do Brasil. O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida em 15 de outubro de 2015 pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Real e Júnior e Janaina Paschoal, e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma. Assim, Dilma Rousseff tornou-se a quarta pessoa a exercer o cargo de Presidente da República a sofrer impeachment no Brasil, depois de Fernando Collor, Café Filho e Carlos Luz”. Informação retirada do Wikipédia, site de construção de conhecimento coletivo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Dilma_Rousseff. Acesso em: 22 jul. 2021.

pelo fato de muitos acreditarem ser um golpe da classe dominante para tirar o PT do poder. Para falar deste governo, foi utilizado como referência a dissertação “Governo Temer: Relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária” cujo autor é o mestre em história Joaci Cunha. O autor afirma que o governo Temer iniciou seu mandato cortando as políticas públicas destinadas aos camponeses, trabalhadores, previdência social, dentre outros (CUNHA, 2017).

Um dos programas que sofreram esse desmonte foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que era essencial para enfrentar a fome no país:

[...] sofreu um corte de 40% no orçamento. De R\$ 478 milhões (2015) teve seus recursos reduzidos para R\$ 294 milhões, em 2016. Com isso, o número de pessoas atendidas caiu de 91,7 mil para 41,3 mil ou 55% menos famílias atendidas. Entre 2009 e 2016, somente no semiárido brasileiro, o PAA movimentou cerca de R\$ 550 milhões na compra de frutas, hortigranjeiros, cereais, laticínios, mel e outros produtos da agricultura familiar (CUNHA, 2017, p. 306).

Dando continuidade à ação do governo Dilma, houve a paralização da demarcação do território indígena e o corte no orçamento em programas destinados às áreas quilombolas. Tem-se, assim, a continuidade do desmonte do Estado a partir de argumentos de que o Estado não deve intervir na economia e do processo de privatização baseado nas ideias neoliberais. Essas medidas do governo federal provocaram aumento ainda maior do desemprego e o aumento da dívida interna brasileira, causando o agravamento da “questão social” e suas expressões manifestas em violências e violações sobre a classe trabalhadora brasileira.

O desmonte das políticas públicas trouxe diversos danos ao meio rural como a dificuldade de acesso ao crédito rural e a falta de apoio aos assentamentos que são fundamentais para uma melhor condição de vida aos camponeses. O governo Temer criou estratégias para fazer crescer o investimento no agronegócio, inviabilizando os recursos para a agricultura familiar e aos programas que atendem os trabalhadores do campo (CUNHA, 2017).

Gráfico 5 - Desmonte de políticas públicas ano após ano



Política de Reforma Agrária						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Assistência Técnica - Reforma Agrária	356,8*	355,4	209,6	108,5	19,7	19,7
Promoção da Educação no Campo	30,5	32,6	27,0	14,8	9,9	6,5
Organização da Estrutura Fundiária	40,5	35,9	26,1	106,6	126,9	0
Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	288,0	281,9	168,3	243,4	252,3	70,3
Obtenção de imóveis rurais para criação de Assentamentos	720,5	800,0	425,5	274,4	83,7	30,0

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar - PAA	59,6	32,8	17,1	9,9	55,4	0
Assistência Técnica - Agricultura Familiar	629,8	631,3	280,7	246,9	185,4	0
Apoio a org. econômica e promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	32,5	18,9	15,3	11,4	3,5	0
Apoio ao desenv. sustentável das Com. Quilombolas, Povos Indígenas e Povos Tradicionais	6,1	1,7	1,6	1,2	0	0

FONTE: Bancada Federal do PT

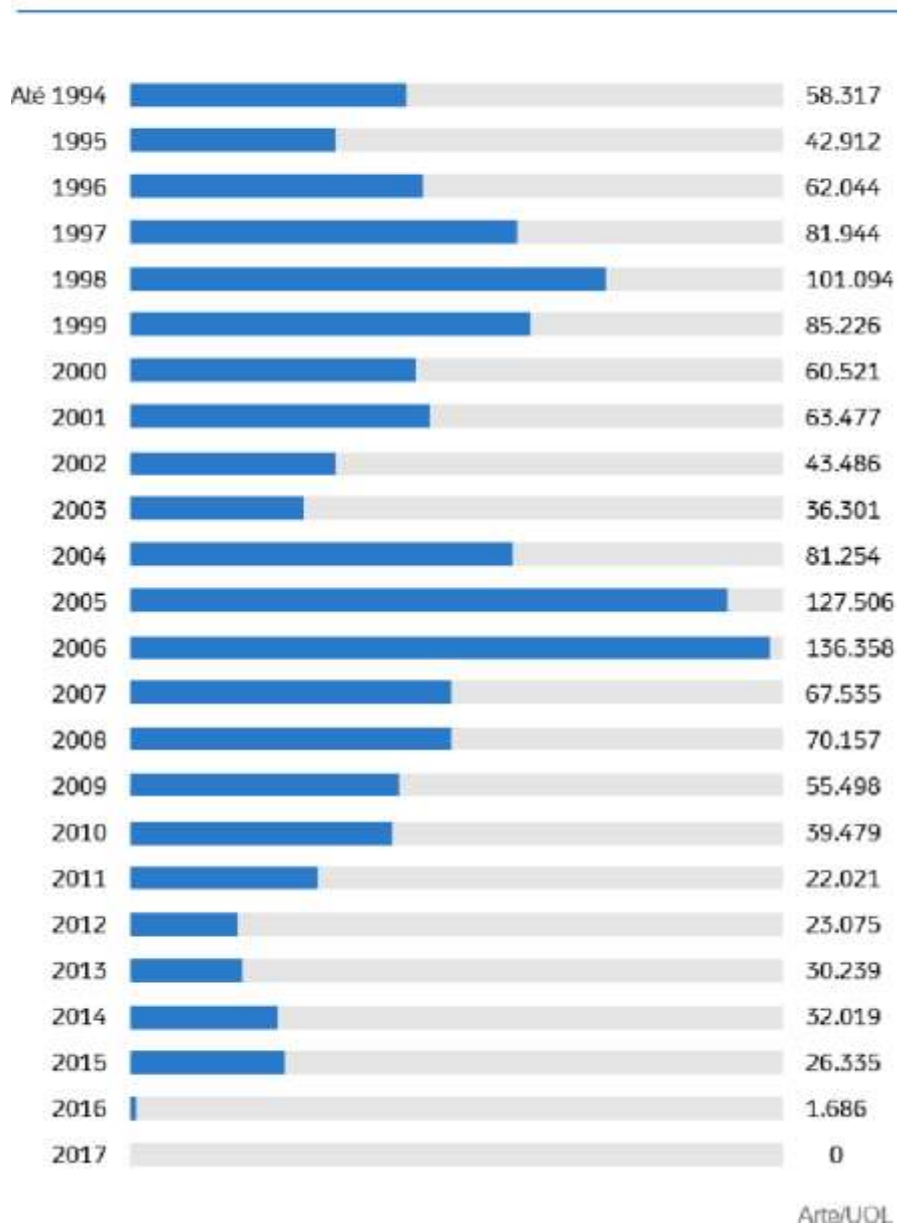
Fonte: MEDEIROS, 2018, s/p.

No Gráfico 5 é apresentado os desmontes das políticas públicas fundiárias que ocorreram no governo Temer, sendo eles a obtenção de imóveis para criação de assentamentos, assistência técnica para reforma agrária, desenvolvimento de assentamentos rurais e aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em julho de 2017, uma das estratégias do governo Temer foi a aprovação da Lei n.º 13.465 que tem como objetivo regulamentar a titulação de lotes destinados à reforma agrária. Essa ação permitiu um maior controle do governo sobre os assentamentos, trazendo um grande impacto negativo à luta dos camponeses sem-terra (CUNHA, 2017).

Com a titulação desses lotes, o governo conseguiu maior aquisição de terras do assentamento, facilitando a desapropriação a fim de concentrar essas terras para agroindústria.

“O objetivo maior dessa mudança legal é forçar a inserção no mercado de 37 milhões de hectares existentes nos mais de 9.300 projetos de assentamento de reforma agrária, abrindo este imenso estoque de terras a um ‘balcão de negócios’ controlado pelo capital agrário” (CUNHA, 2017, p. 309).

Gráfico 6 - Famílias assentadas ano a ano
Famílias assentadas ano a ano



Fonte: MADEIRO, 2018, s/p.

No Gráfico 6 observa-se no ano de 2017 não houve nenhuma família assentada. As poucas famílias que tiveram acesso às terras foram de assentamentos de governos anteriores. O presidente Temer extinguiu a reforma agrária no seu governo, impossibilitando o avanço na

democratização da terra. “Das 1.349.689 famílias registradas até o final de 2017 em assentamentos homologados, o número das que resistem e permanecem na terra caiu para algo em torno de 1 milhão. Desde então, nenhum novo trabalhador rural foi assentado” (QUADROS, 2019, s/p).

Outra ação utilizada tanto pelo governo Temer como pelo governo Dilma foi a legalização da grilagem de terras públicas no Brasil. Essa medida trouxe um retrocesso às lutas dos sem-terra e contraria o que diz a CF de 1988. A liberação da aquisição de terras devolutas de forma ilegal propiciou a privatização de terras públicas federais. A intenção por trás dessa legislação é fazer com que a aquisição de terras federais deixe de ser crime, e assim não terão que devolver as terras públicas que estão irregulares (CUNHA, 2017).

Mais uma estratégia utilizada pelo governo Temer foi a estrangeirização do território brasileiro. “É aqui que entra a proposta do governo Temer, submisso e atrelado aos interesses do capital financeiro especulativo mundial, de legalizar a compra irrestrita de propriedades rurais brasileiras por estrangeiros [...]” (CUNHA, 2017, p. 318). A venda dessas terras para o mercado internacional na visão do governo Temer gera aumento de lucros para os latifundiários e para o agrohidronegócio.

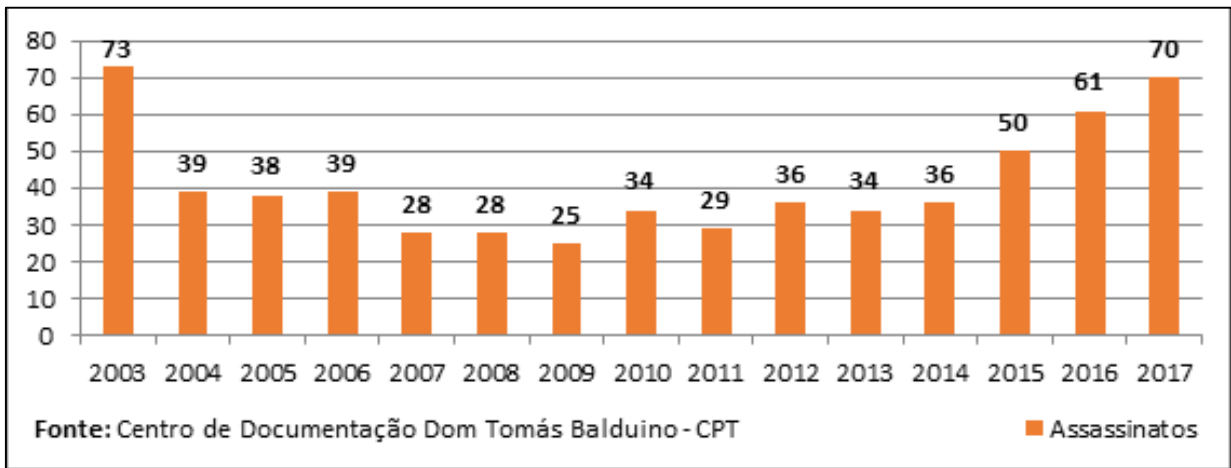
Através do Projeto de Lei 2.289/2007, ao qual se encontram apensados outros PLs, como o de nº 4.059/2012, propõe-se a liberação quase que irrestrita da venda de imóveis rurais a estrangeiros. O PL de 2012 foi destacado como uma das prioridades da Frente Parlamentar Agropecuária e apresentado ao presidente Temer como uma das reivindicações prioritárias junto à bancada ruralista na negociação de apoio ao impeachment de Dilma Rousseff. Atualmente ele encontra-se em regime de urgência para votação na Câmara dos Deputados e pode ser votado a qualquer momento (PASSOS, 2019, s/p).

O governo Temer foi um exímio expoente do capital ao que se refere às suas propostas e ações para com a classe trabalhadora. As suas ações demonstram que a acumulação do capital é mais importante do que o bem-estar da população. Os cortes nas políticas públicas fundiárias trouxeram grandes impactos negativos e destrutivos, aumentando o índice de miséria, desemprego e maior concentração de terras. Essas ações do governo na legislação fundiária e o clima de tensão após o impeachment fizeram aumentar o genocídio no campo. Em 2016 houve um crescimento significativo dos conflitos.

Nesse cenário, os principais alvos da violência foram as diversas categorias de povos e comunidades tradicionais, correspondendo a 64% das vítimas dos conflitos, seguidas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra e dos assentados e assentadas, representando 32%, e de pequenos/as proprietários, sendo estes 2% das vítimas de violência no campo (PASSOS, 2019, s/p).

Os dados apresentados pela CPT no relatório de conflitos no Campo Brasil de 2017 relatam que foi o maior índice de violência no campo desde 1995. “Nos anos da ruptura política, 2015-2017, a média anual de assassinatos saltou para 60,6. No período de 2003 a 2006, primeiro ano do governo Lula, a média foi de 47,2; entre 2007 e 2010, segundo mandato de Lula, a média refluíu para 29,5; e entre 2011-2014, governo Dilma, a média foi de 33,7” (CPT, 2019, p. 08). No entanto, apontamos que mesmo que os dados tenham sido menores nos governos anteriores, os consideramos elevadíssimos, e ao nosso entender a luta pela terra não deveria culminar com nenhum assassinato.

Gráfico 7 - Assassinatos (2003-2017)

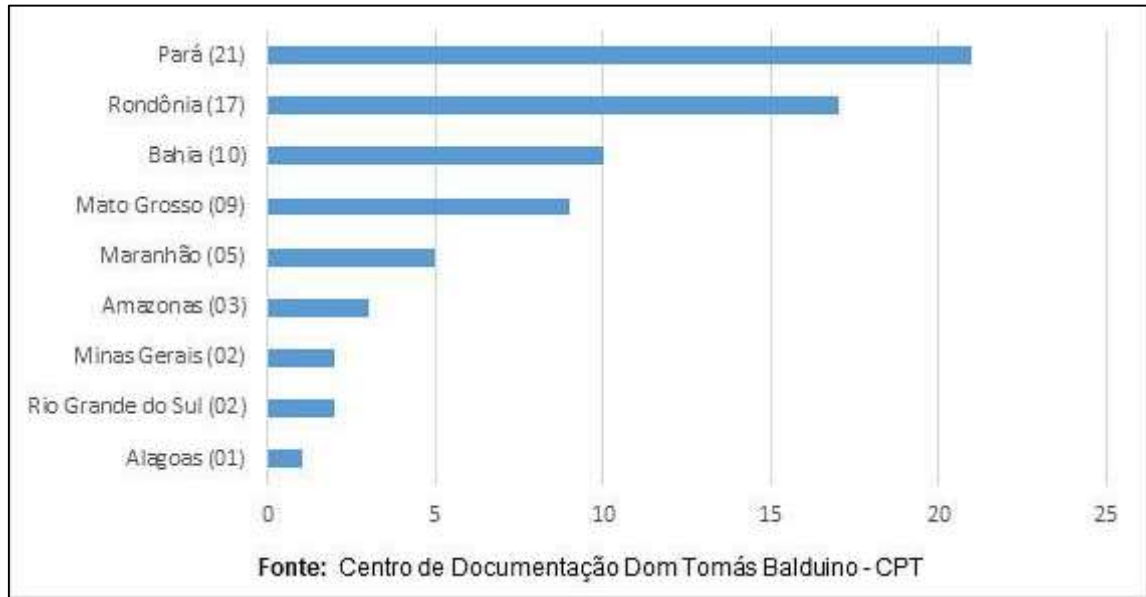


Fonte: AMENI, 2018, s/p.

O gráfico anterior nos permite analisar o aumento dos assassinatos em 2016 e 2017. Esses dados demonstram como os desmontes das políticas públicas, o abandono da questão agrária e a titulação das terras indígenas impactaram no aumento da violência no campo.

A impunidade é um dos motivos mais delicados e motivadores da violência no campo. Entre 1985 e 2017 a CPT registrou 1.904 assassinatos. Deste total, apenas 8% (113) foram julgados, onde 31 mandantes dos assassinatos e 94 executores foram condenados (CPT, 2019, p. 32).

A impunidade do Estado com os policiais, fazendeiros e pistoleiros faz com que aumente a cada ano o extermínio na zona rural. Eles pensam que podem agir como querem, abusam de sua autoridade e nada é feito para impedir essa violência.

Gráfico 8 - *Ranking* de assassinatos em 2017

Fonte: AMENI, 2018, s/p.

Conforme apresentado no gráfico 7 o estado do Pará é o que apresenta o maior índice de mortes dos camponeses sem-terra. O ano de 2017 ficou marcado pelo massacre conhecido como Pau D'Arco. No dia 24 de maio de 2017, no Estado do Pará, ocorreu o segundo maior assassinato no campo depois de Eldorado de Carajás. Estavam acampados na fazenda Santa Lúcia quando foram surpreendidos por policiais, que executaram 10 ocupantes do MST.

Nenhum dos policiais que participaram da operação foi condenado, e os moradores da região vivem em constante medo desde então. De acordo com José Vargas Sobrinho Júnior, advogado que denunciou a polícia pelo massacre, em entrevista ao Diário da Causa Operária em 2021, “os criminosos estão todos soltos e seguem trabalhando, e ainda em referências aos policiais, segundo ele, andam pela cidade encarando as testemunhas que os acusam” (MASSACRE..., 2021, s/p).

Observa-se que o governo Temer foi marcado por todo tipo de violência contra a classe trabalhadora e o desmonte das políticas públicas trouxeram um retrocesso na questão fundiária brasileira. O MST permaneceu resistindo mesmo diante de toda a criminalização e perseguição contra o movimento. Realizaram ocupações nas fazendas de políticos e empresários para chamar atenção do governo, denunciaram terras improdutivas e realizaram manifestações nas ruas, mostrando que mesmo diante de um golpe do Estado, o povo pode, de forma organizada, lutar pelos seus direitos.

Por fim, será analisado entre os anos de 2018 a 2020, em sua conjuntura agrária, o governo do atual presidente da república Jair Bolsonaro. O presidente, desde sua campanha

eleitoral, levantou questões polêmicas. Como capitão da reserva do Exército ele defendeu o uso de posse legal de armas para polícias e pessoas comuns como defesa e proteção pessoal. Os brasileiros ficaram divididos em sua candidatura, uns decepcionados com as ações do PT, tinham esperança de que ele poderia fazer a diferença, e de outro lado, por sua postura militar e autoritária, muitos ficaram com medo de que a partir dessa postura vivenciaria uma nova ditadura no país.

O atual presidente tem apresentado uma política de desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas assim como o governo Temer. Logo no início do seu mandato notamos uma queda e cortes nas políticas públicas essenciais para a população brasileira. Para entender melhor sobre este governo foi utilizado o Boletim Data Luta do ano de 2020, cujo tema é “A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro”, tendo como autores Fernandes et al. (2020).

Uma das instituições responsáveis pela questão agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sofreu uma mudança estratégica e deixou de ser o principal meio de comunicação entre os assentados e o governo. O governo criou a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, coordenada por Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR). A UDR foi criada para defender as questões do agronegócio e dos grandes latifundiários e, avaliando essa ação do governo, vemos a intenção de privatizar os assentamentos e assim manter o poder das terras nas mãos da classe dominante (FERNANDES et al., 2020).

O governo não menciona em seu plano político realizar uma reforma agrária no país, ao contrário, proíbe a ocupação e expropriação das propriedades privadas. Esse fato tem se mostrado evidente no índice dos assentamentos ocorridos até hoje, no qual caíram consideravelmente. “Esta política aprofunda a disputa territorial, beneficiando o mercado de terras, pois muitas famílias fragilizadas podem ceder à pressão do agronegócio e do latifúndio e venderem seus lotes” (FERNANDES et al., 2020, p. 07).

Houve interrupção nos processos de desapropriação e cortes nos orçamentos que eram destinados à manutenção dos assentamentos. “De início, cerca de 250 processos em andamento foram suspensos, ato considerado como primeiro passo para interrupção da Reforma Agrária” (FERNANDES et al., 2020, p. 07). No Gráfico 9, a seguir, observa-se os cortes na reforma agrária. Entre os anos de 2012 a 2015 o orçamento destinado aos assentamentos era em torno de 2,5 bilhões, entre os anos 2016 a 2019 houve uma queda significativa no orçamento chegando a 762 milhões (CAMARGOS; JUNQUEIRA, 2019).

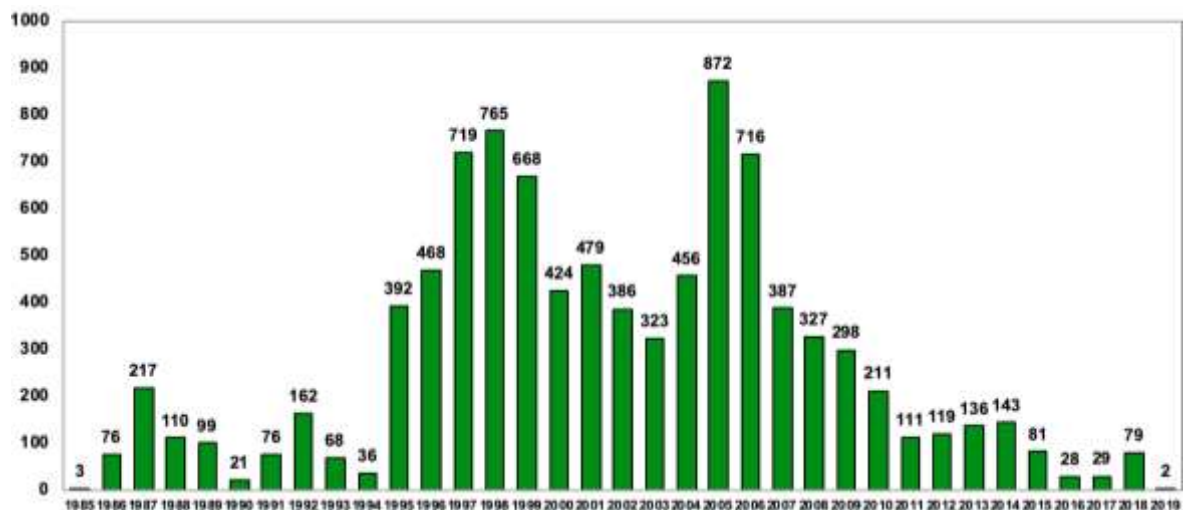
Gráfico 9 - Cortes na reforma agrária



Fonte: CAMARGOS; JUNQUEIRA, 2019, s/p.

Fernandes et al. (2020) afirmam que no ano de 2019 nenhuma família foi assentada, somente foram reconhecidos no Plano Nacional de Reforma Agrária dois territórios indígenas que já tinham sido demarcados ainda no governo Lula. No Gráfico 10, observa-se a queda dos assentamentos ao longo dos anos, e a falta de compreensão e interesse do governo em implantar uma estrutura fundiária justa no país.

Gráfico 10 - Números de assentamentos criados e reconhecidos (1985-2019)



Fonte: PEREIRA et al., 2019, p. 06.

Os números de despejos e desapropriações em assentamentos aumentaram juntamente com a violência no campo, por meio do uso da força policial. O governo Bolsonaro é considerado um partido de “ultradireita” e conservador, se opondo totalmente às questões defendidas pela esquerda. “A extrema direita tem propagado o ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas” (FERNANDES et al., 2020, p. 04).

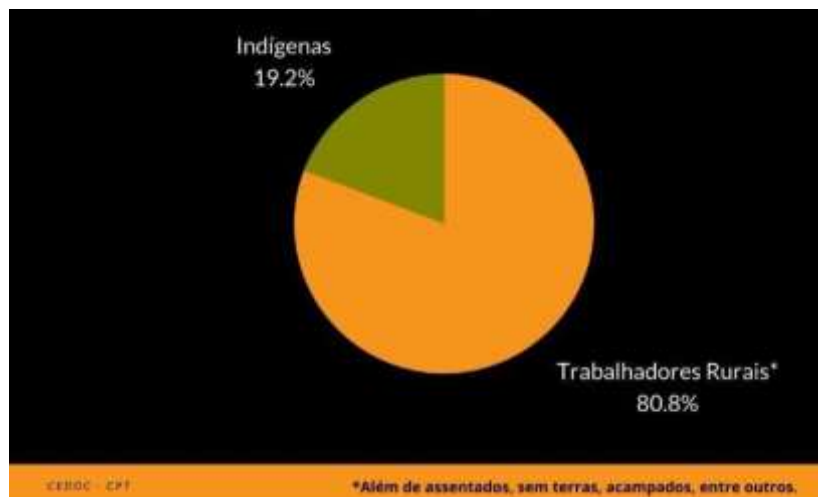
A Fundação Nacional do Índio (Funai) tinha com função a delimitação de territórios indígenas e a fiscalização das áreas demarcadas. O presidente Bolsonaro mudou essa atribuição remetendo-a ao Ministério da Agricultura, o que trouxe um grande impacto negativo nos direitos dos povos tradicionais.

Entregar a demarcação de terras indígenas e quilombolas aos ruralistas – transferindo tal responsabilidade da Funai e do Incra ao Ministério da Agricultura – o governo desrespeita as leis e normas infraconstitucionais, bem como afronta a Constituição Federal. Fere, de pronto, o Art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto n 5051, de 19 de abril de 2004, bem como afronta o Art. 1º do Decreto 1775/1996, Art. 19 da Lei 6001/1973 e os Arts. 1º e 4º do Decreto nº 9010/2017. A medida fere ainda os direitos culturais dos Povos Indígenas com fundamento no Art. 129, inciso V, da Constituição Federal (CIMI, 2019, s/p).

Com essas ações, o governo declara que o seu objetivo é retirar e desqualificar todos os grupos que lutam contra a privatização das terras. Em discursos autoritários, Bolsonaro expõe a sua intolerância aos movimentos sociais, provocando uma onda de violência no campo.

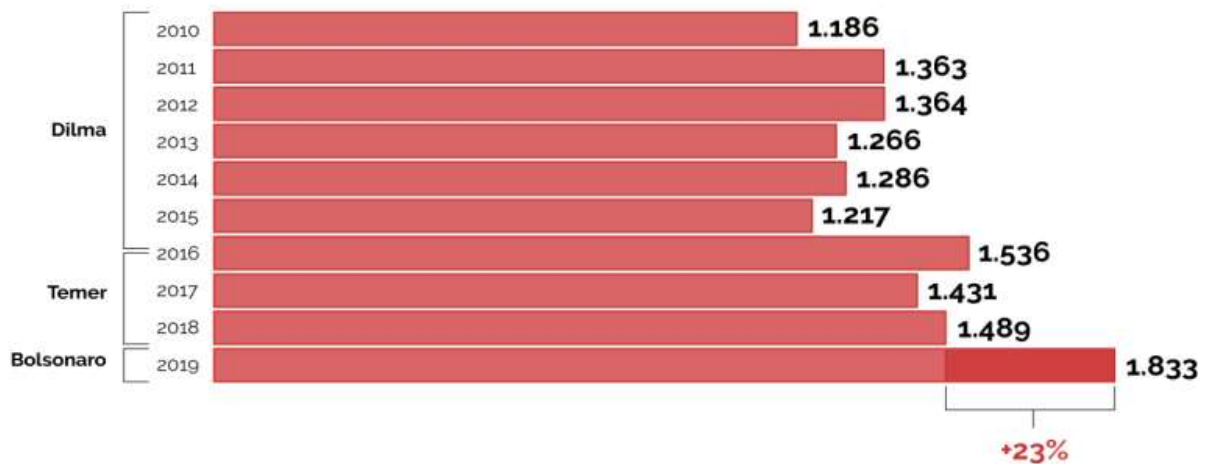
Conforme é apresentado no Gráfico 11, em 2019, 19,2 % de índios morreram em confrontos no campo.

Gráfico 11 - Categorias dos assassinatos em conflito no campo



Fonte: PASSOS, 2019, s/p.

Gráfico 12 - Conflitos no Campo no Brasil



Fonte: FONSECA; DOMENICI, 2020, s/p.

A partir do Gráfico 12, nota-se um crescimento dos conflitos no campo em 2019 de 23% em relação aos anos anteriores:

Segundo dados parciais registrados pela CPT, foram 29 assassinatos em conflitos no campo, entre janeiro e dezembro de 2019. 25 deles foram na Amazônia Legal, 86% do total. O Pará, disparado, lidera o ranking com 12 assassinatos, seguido pelo Amazonas, com 5, e Mato Grosso e Maranhão, ambos com 3. Os trabalhadores rurais, sem terras e assentados, entre outros, somam 21 nesse caminho de morte, o que corresponde a 72% das mortes. 8 indígenas foram assassinados até o momento, destes, 7 eram lideranças. Esse foi o número mais alto de assassinato de lideranças indígenas nos últimos 11 anos, de acordo com dados da CPT. Além das mortes, o fogo lambe a floresta, na sanha do capital sobre novas áreas para expansão (PASSOS, 2019, s/p).

Ainda, é relevante evidenciar que o presidente Jair Bolsonaro criou um projeto para permitir operações da Lei e da Ordem (GLO) nas ocupações de terra, ou seja, legalizar e viabilizar a participação das forças armadas em ações de reintegração de posse e de despejo. Ou seja, viabiliza e autoriza que seja utilizada a repressão e poder das forças armadas para resolver um problema social, que é a concentração de terra e a pobreza no campo. Esta é mais uma expressão de um processo de criminalização e de conservadorismo que reprime todas as formas de resistência à consolidação do agronegócio e à sua expansão no território brasileiro (VERDELIO, 2019).

O presidente Jair Bolsonaro anunciou, hoje (25), que o governo prepara um projeto de lei para permitir operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em reintegrações de posse na área rural. De acordo com Bolsonaro, mesmo quando determinado pela Justiça, os governadores acabam protelando o envio da Polícia Militar para retirar invasores das propriedades rurais (VERDELIO, 2019, s/p).

A GLO rural é uma iniciativa do Governo Federal para atacar problemas específicos - eles querem ampliar esse instrumento contra as ocupações de terra no país. Ocorre uma ação violenta da polícia militar, não havendo mais um diálogo prévio, uma tentativa de negociação com as famílias. São ações ostensivas da polícia militar.

Sabe-se que a repressão sempre esteve presente nas lutas e reivindicações travadas pelos movimentos sociais, pois o Estado, para manter o controle social e a ordem econômica, busca impedir a população da participação política, utilizando-se da repressão policial e do âmbito legal-jurídico para conter tais organizações (VERDELIO, 2019).

A CPT (2021) publicou o caderno de conflitos do campo de 2020, cujos temas trazem os desafios enfrentados pelos trabalhadores do campo atualmente. O primeiro tema abordado foi a LGBTfobia¹⁴, em que milhares de pessoas têm sido assassinadas por apenas terem uma outra orientação sexual. Os travestis são as maiores vítimas desses ataques, tanto nas grandes cidades como no campo. “Em 2019, foram mortas 329 pessoas LGBTI+. Os índices indicam que, a cada 26 horas, uma pessoa LGBTI+ é vítima de assassinato ou suicídio” (CPT, 2021, p. 02).

Outro tema abordado foi a luta das mulheres do campo contra o racismo e o assédio sexual. No campo, inúmeras mulheres têm sido vítimas de estupros, agressões físicas e psicológicas. “Nos últimos dez anos (2011-2020), a CPT registrou 77 tentativas e 37 assassinatos de mulheres em conflitos fundiários e socioambientais” (CPT, 2021, p. 03). As mulheres do MST lutam para que essas pessoas sejam incriminadas pelos abusos e assassinatos que cometeram. Porém, a repressão policial não deixa que essas manifestações cresçam e, de acordo com a CPT (2021), mais de 90 mulheres foram presas na última década e tiveram as suas vozes silenciadas. No dia 25 de julho é comemorado o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e sabemos que as mulheres são as que mais sofrem as desigualdades sociais em toda a sociedade. A luta das mulheres negras, latino americanas e caribenhas é um dia que se transformou em resistência às múltiplas violências que enfrentam em seu cotidiano.

A CPT (2021) traz também para discussão o maior desafio enfrentado nos últimos tempos por todo o mundo – a pandemia da COVID-19. Todos tiveram que se adaptar à essa situação dramática. Comércio foram fechados, muitos trabalhadores foram demitidos de seus empregos, a crise econômica se aprofundou no país e no mundo. O presidente Jair

¹⁴ “A terminologia LGBTIfobia refere-se à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia. Elas sugerem práticas e posturas de aversão, repugnância, ódio e preconceito que algumas pessoas ou grupos nutrem contra as LGBTI+. A identidade de gênero diz respeito à forma como cada sujeito se reconhece e deseja ser reconhecido socialmente (envolve um processo de auto definição, de identificação), independe do seu sexo biológico, podendo se identificar como sendo do gênero feminino, masculino, ou ainda, como uma combinação dos dois” (CPT, 2021, p. 02).

Bolsonaro foi desde o início e continua sendo imprudente diante da pandemia, demorou a tomar medidas de prevenção, como também para transferir uma renda para que as famílias pudessem sobreviver em tal contexto de crise sanitária e econômica.

O vírus se espalhou e milhares de pessoas foram mortas, os camponeses foram os mais prejudicados por estarem mais afastados dos hospitais. Mesmo diante da situação de calamidade que o mundo está vivendo, a violência contra os sem-terra não diminuiu no ano de 2020. “Foram 1.576 ocorrências de conflitos por terra em 2020, o maior número desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, 25% superior a 2019 e 57,6% a 2018” (CPT, 2021, p. 06).

O MST, mesmo sendo criminalizado pela burguesia e pela mídia hegemônica, realiza atos de solidariedade no país. Neste momento complicado por conta da pandemia e pela falta de apoio do governo, os integrantes do MST realizaram doações de comida ao povo brasileiro em situação de fome, pobreza e miséria no campo e nas grandes cidades. Considerado o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, o movimento luta pelo fim da fome dando exemplo aos representantes do governo e para a bancada ruralista. “Na contramão dessa tragédia anunciada, a agricultura familiar, atrelada à Reforma Agrária Popular, reafirma seu papel no combate à fome e a desigualdade” (DESDE..., 2020, s/p).

Mesmo diante de tais iniciativa desencadeadas, o presidente Jair Bolsonaro se levantou contra o MST, intitulando o movimento de vândalo, criminoso e baderneiro. Em diversas entrevistas ele ataca com palavras e dizeres, demonstrando negar-se à compreensão dos objetivos do movimento. Em entrevista à Rede Record e reverberada pelo portal do jornal Estado de Minas, em matéria assinada por Marcelo da Fonseca (2018), o presidente relata que não tem como dialogar com o MST e que a intenção do movimento é depredar e invadir a propriedade privada:

Quando você vê o pessoal do MST invadindo propriedades, depredando, matando animais, tocando fogo em prédio, você fica indignado com isso. Temos que ter uma relação bastante dura, para que esses que vivem fora de lei sejam enquadrados. Muitas vezes os proprietários entram com ação judicial de reintegração de posse, ganha na Justiça, mas os governadores não cumprem a ordem por questões ideológicas. Toda ação do MST e do MTST devem ser tipificadas como terrorismo. A propriedade privada é sagrada (BOLSONARO, 2018 apud FONSECA, 2018, s/p).

O presidente alega que a propriedade privada é sagrada, quando, na verdade, de acordo com a CF (arts. 185 e 186), ela tem que cumprir a sua função social, gerando moradia, alimentos e trabalho para a população. O presidente quer passar uma imagem para a população de que o MST é o responsável por todo o conflito no campo, eximindo a responsabilidade e a omissão do

Estado. O objetivo do governo é desacreditar a luta dos camponeses e dos povos tradicionais para ter posse das terras e assim distribuí-las para o avanço do agronegócio. Os cortes nos orçamentos para questão fundiária, a falta de diálogo do governo com a classe trabalhadora, e as falas preconceituosas do presidente são fatores que só fazem aumentar o genocídio no campo.

Tal afirmação em relação à propriedade privada somente reafirma a lógica organizativa da sociabilidade burguesa, decorrente e estruturada a partir do modo de produção capitalista, que possui como fundamentos a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho a partir do trabalho assalariado. Ao assumir tal postura fica evidente que não há qualquer intenção de modificação dessa ordem societária, pelo contrário, ao longo dos anos desse atual governo ficou expressivo que a posição assumida é de reafirma tal ordem agravando e acentuando a exploração sobre a classe trabalhadora, no caso em tela sobre os camponeses e sobre o MST.

Rumando para o desfecho deste capítulo, em que foram coletados dados acerca da criminalização vivenciada no âmbito das lutas sociais, especificamente pelo MST, a fim de evidenciar a repressão, violência e mortes ocorridas no campo na última década (2010 a 2020), foi possível analisar, a partir desta delimitação temporal, a posição do Estado, via ações de quatro diferentes gestões do Governo Federal (Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro).

A partir desse percurso, nota-se que a reforma agrária nunca aconteceu de fato no Brasil, visto que o Estado sempre ofereceu medidas paliativas para conter o caos social e as contradições próprias do campo sob os marcos e ditames do capitalismo dependente. Todos os governos deram preferência em avançar com o agronegócio subordinado ao capital estrangeiro que se apropria dos bens naturais comuns, da reserva de petróleo, da água, do minério de ferro, dentre outros bens naturais que são de toda a população, como uma forma de acumular capital e investir e expandir cada vez mais as grandes indústrias. Em contrapartida, não investiram na agricultura familiar, âmbito que produz alimentos saudáveis, gera empregos e renda para os pequenos agricultores brasileiros.

O governo do presidente Lula foi o que mais realizou assentamentos na última década (2010-2020) nos governos posteriores, tal ação foi diminuindo gradativamente. A partir do governo Rousseff iniciou-se uma política mais intensiva de desmontes dos programas sociais destinados às questões fundiárias do país, causando um enorme prejuízo ao desenvolvimento no meio rural. No governo Temer e no atual governo de Bolsonaro houve uma política voltada para a “contrarreforma agrária” – os assentamentos em alguns anos chegaram a zero, o que nunca tinha acontecido antes desde a consolidação do MST.

A partir dos dados analisados em relação aos conflitos no campo de 2010 a 2020 pode-

se afirmar que as ações de cada governo estão ligadas diretamente à violência do campo. Ao analisar o governo do ex-presidente Lula em relação aos conflitos no campo, observa-se um aumento no número de mortes em seu primeiro mandato, porém, o presidente não criminalizou em meios de comunicação e não usou do poder repressor do Estado para impedir o MST de realizar ocupações. As mortes que ocorreram, em sua maioria, foram relacionadas com ações dos grileiros, dos posseiros, dos grandes latifundiários, que usam uma brutal violência contra os que ocupam para não perderem as terras em suas posses. “De um total de 1970 pessoas executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil entre 1985 e 2019, 12,43% delas foram mortas em massacres no campo” (CPT, 2021, p. 05).

Após o governo Lula, os conflitos e a intolerância foram aumentando cada vez mais, principalmente no atual governo do presidente Bolsonaro. O presidente Bolsonaro em diversas falas e a partir de sua postura autoritária, demonstrou preconceitos aos LGBTI+, aos negros, aos povos tradicionais e esse discurso de ódio provocou uma onda de violência em todo o país. De todos os presidentes que governaram na última década, Bolsonaro foi o que mais repudiou a reforma agrária e os que lutam por ela.

Para continuar com a posse de terras e para deter os atos do MST, o Estado, segundo Sauer (2008), primeiro faz o isolamento político, com vista à sua desintegração e à desmobilização. Em segundo, busca a cooptação dos grupos de base e também de lideranças. E por último, utiliza da repressão pura e simples, na sua faceta mais visível, principalmente pelo aparelhamento policial. É nítido que há um avanço da violência e repressão no meio rural que se casa com essas ações de controle social e repressão estatal.

A violência no campo brasileiro antes mesmo de se transformar em ato ela está sempre em potencial, isso porque as estruturas sociais no campo são de extrema concentração de riqueza e altos níveis de exploração, tal estrutura já é violenta. E é nessa estrutura que as classes lutam, seja para mantê-las, seja para modificá-las. Portanto, a violência no campo está sempre em vias de tornar-se em ato (ADISSI, 2010, p. 135).

Concluindo a análise dos governos na última década, observa-se que aqueles que causam a violência no campo, em sua grande maioria, não são punidos pelos seus crimes. Muitos dos massacres que ocorreram afirmam essa impunidade, como o caso de Eldorado dos Carajás e Pau D’Arco. Nada foi feito nos últimos tempos para combater esse extermínio no meio rural, ao contrário, são os movimentos sociais que são taxados de violentos e criminosos. A mídia hegemônica, de posse e controlada pela burguesia, tem sido o principal meio de propagação dessa inversão de valores acerca do MST, silenciando a voz de milhares de pessoas que sofreram e sofrem com essa a estrutura agrária desigual e injusta que é vigente secularmente

em nosso país.

A mídia hegemônica atua como instrumento político do Estado para defender os interesses da classe burguesa e reproduzem conteúdos que manipulam a classe trabalhadora. Retomando os autores Marx e Engels (1999), estes apontam que em todo momento histórico ocorre um antagonismo entre as classes sociais fundamentais e antagônicas, no capitalismo e nesse sentido, relacionando com o tema em estudo neste TCC, a criminalização aos movimentos sociais surge no momento em que a burguesia se sente ameaçada.

Qualquer movimento que se levante contra os interesses do capital é fortemente atacado pelos meios de comunicação, provando e acirrando os conflitos entre as classes. O Estado criminaliza os movimentos como forma de controle. O MST é um movimento que coloca pressão no Estado com as ocupações e manifestações e, para impedir que o movimento ganhe mais pessoas adeptas e militantes, a mídia hegemônica cria intencionalmente uma imagem deturpada do movimento. Quando o assunto é a reforma agrária, gera polêmica, visões diferentes, os que defendem são taxados como comunistas e sonhadores (ADISSI, 2010).

Após o massacre de Eldorado do Carajás, as primeiras notícias divulgadas pela mídia colocaram os que ocuparam a fazenda Macaxeira como culpados, mesmo diante do número de pessoas mortas/assassinadas. Como o massacre tomou grande proporção e visibilidade, a sociedade exigiu a verdade e a punição dos policiais. É notável a manipulação a partir dos meios de comunicação vinculados à mídia hegemônica. Dificilmente vemos notícias mostrando como o agronegócio tem acabado com a nossa saúde pela produção de alimentos com agrotóxicos, e como o desmatamento tem aumentado.

A mídia, ao falar dos conflitos que ocorrem no campo, culpabiliza o MST, divulga apenas as versões dos policiais e do Estado. Nunca abordam em sua pauta o motivo que levou o movimento a reivindicar a desapropriação das terras, e como realmente ocorrem esses confrontos. Destaca-se a seguir alguns recortes de notícias publicados pela mídia que demonstram a criminalização do movimento:

Tabela 1 - A criminalização do MST pela mídia

Título	Conteúdo	Ano Publicação	Fonte
1. MST – Organização Criminosa	“Essa organização é treinada para disseminar o ódio e o terror, afrontam a legislação, afrontam a soberania nacional”.	2019	https://verdadesufocada.comunidades.net/mst-organizacao-criminosa\
2. MST – A corrupção por trás das invasões	“A PF investiga um grande esquema imobiliário do MST. Como área da União invadida virou prioritária para regularização, o movimento ocupa as propriedades, em troca de dinheiro, facilitando a criação de prósperos negócios locais”.	2018	https://www.defesanet.com.br/front/noticia/29672/MST---A-corrupcao-por-tras-das-invasoes/
3. Mais vandalismo na fazenda invadida pelo MST	“O MST saiu da fazenda, mas deixou um rastro do seu vandalismo. Qual vai ser o argumento para a destruição dos estabelecimentos e máquinas agrícolas da propriedade?”.	2020	https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/vandalismo-no-campo-o-mst-e-a-nossa-al-queda/

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Com o exposto, é possível observar a posição discriminatória e tendenciosa assumida e utilizada como um mecanismo para marginalizar o movimento. Utilizando palavras como: organização criminosa, vândalos e corruptos é perceptível o caráter burguês assumido, em favor e alinhado às classes dominantes. Como já explicitado, em todos os períodos históricos, quando a classe trabalhadora se organiza e se une para combater e enfrentar os expoentes do capital, ocorre a repressão policial. Reitera-se, portanto, que o MST é um movimento organizado, com consciência política, que age em favor da luta e do acesso à terra, sendo alvo da mídia hegemônica que intenta negar a sua liberdade de expressão e de reivindicação.

Um dirigente do MST que se posiciona em defesa do movimento e no sentido de explicitar a intenção e ações do MST, é o economista João Pedro Stédile. Nascido em 1953 em uma família de imigrantes camponeses, desde jovem lutou pela causa dos trabalhadores do campo. Hoje ele defende a produção de alimentos pela agricultura familiar livre de transgênicos e agrotóxicos, e luta pela democratização da estrutura agrária do país. Por ser um dos líderes do MST, se preocupa com a imagem que a mídia hegemônica reproduz sobre o movimento, assim, sempre realiza debates, *lives* e participa de entrevistas trazendo a verdade do que ocorre nos assentamentos¹⁵.

¹⁵ Informações retiradas da página do Wikipédia referente ao João Pedro Stédile. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_St%C3%A9dile. Acesso em: 23 jul. 2021.

Em uma entrevista publicada no *site* Vermelho em 2008, João Stédile, ao ser questionado acerca de como a mídia atribui a violência ao MST, afirmou que:

Foi o que respondi antes. A mídia hoje é o tribunal inquisitório moderno. Eles julgam e condenam, sem direito a defesa, todos os que lutam na sociedade brasileira. Por isso, qualquer luta social será estigmatizada por eles como violenta, terrorista etc. É o papel deles. Mas, no futuro, algum dia a sociedade brasileira terá uma imprensa controlada por mecanismos democráticos, e não apenas como fonte de lucro e manipulação ideológica (STEDILE, 2008 apud STEDILE..., 2008, s/p).

Como o economista e liderança do MST pontuou, a mídia julga e condena sem direito de defesa, e todo movimento que se levanta contra o capital é estigmatizado. Por esse motivo, a opinião pública em relação ao MST, em sua maioria, é negativa, e a mídia tem sido este instrumento da classe burguesa para alienar e não contribuir na formação de consciência de classe dos sujeitos.

Pessoalmente, ao comentar o tema deste estudo com outras pessoas, também vivenciei essa deturpação em relação ao movimento, uma vez que muitas dessas pessoas se referiram ao MST de forma pejorativa, usando os chavões divulgados pela mídia, tais como: bandidos, vândalos, desocupados, corruptos e invasores de terras privadas.

Nesse sentido, esse é um dos desafios que o MST precisa superar para ser realmente conhecido pela população brasileira e assim conseguir mais pessoas que se juntem ao movimento na luta em prol dos direitos da classe trabalhadora. Dificilmente a mídia hegemônica divulga o trabalho que o MST realiza com a comunidade rural, sendo está mais uma estratégia para apagar e não fazer conhecido este movimento que se destaca em meio às disputas de classes no nosso país.

O MST não é um invasor como a mídia quer propagar, ele ocupa as terras na tentativa de fazer-se aplicar a Constituição Federal de 1988, ou seja, que toda terra sem uso ou devoluta seja apropriada pelo Estado mediante indenização e distribuída em assentamentos para as famílias que necessitam de terras para sobreviver e produzir os seus alimentos. As ocupações são a melhor forma de pressionar o governo para desapropriar essas terras, é um potencial político que o movimento conquistou.

O Estado e seus governantes sabem do trabalho do MST e da sua importância para a luta da classe trabalhadora por isso criminalizam tanto o movimento. Essa criminalização nunca irá acabar enquanto houver luta de classes, uma tensão entre os explorados e os dominantes.

A violência se tornou um padrão de controle do capital, como podemos perceber desde a formação do Brasil com a chegada dos portugueses, que desencadeou o genocídio dos povos

tradicionais, a escravização dos negros, a expulsão dos camponeses de suas terras para a implantação do agronegócio, as perseguições aos movimentos sociais, todos estes são momentos históricos que marcaram e perpetuam a violência até os dias de hoje.

Outro desafio histórico em nosso país é a reforma agrária. Enquanto houver concentração de terras, a violência no campo irá tomar uma proporção cada vez maior. As mortes aumentaram nos últimos anos devido a legalização que os governos deram aos posseiros para a compra de terras devolutas, o que fez eles se sentirem no direito de criar e acirrar o terror no campo. É como se o país estivesse retrocedendo para os anos anteriores à CF de 1988, legislação esta que garantiu na letra da lei alguns avanços acerca dessa questão. No entanto, com o aprofundamento das premissas neoliberais, por meio dos diferentes governos o que tem prevalecido é a retirada de direitos fundamentais e de garantias conquistadas pelos trabalhadores. Combinados a esses cortes nas políticas públicas, temos visto a ascensão da violência, do ódio provocado por este contexto de conservadorismo. A impunidade demonstra como o poder judiciário tem naturalizado, em prol da burguesia, as mortes, e a violência, se tornando este o diálogo estabelecido pelo Estado com a classe trabalhadora.

Por fim, é *mister* evidenciar que o MST é esse movimento que deixou de ser passivo e está construindo uma trajetória de luta e resistência no qual, ao longo dos anos teve inúmeras conquistas. Cada desapropriação de terra que o movimento consegue através das ocupações, é uma vitória para a classe trabalhadora. O MST não luta apenas pelo acesso à terra, mas por uma reorganização da produção agrícola no país, que prioriza a agricultura familiar e melhor condição de vida aos trabalhadores do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este trabalho é necessário retomar o tema da pesquisa: “Violência e morte nas lutas sociais: O MST no contexto de criminalização social”. Em primeiro momento foi possível analisar como o modo de produção capitalista em um país de capitalismo dependente produz desigualdades e contradições de classe que se reflete em opressões, violência e mortes no campo. É necessário destacar que ao longo do curso de Serviço Social, o aluno é levado a compreender como o modo de produção capitalista modificou todas as relações sociais, principalmente no campo com a chegada da industrialização agrícola.

A fim de iniciar a reflexão, retomou-se, a formação camponesa na luta pela terra desde a colonização do Brasil e o momento da inserção da modernização no campo. Tornou-se indispensável utilizar os estudos de Florestan Fernandes e de Ruy Mauro Marini, que debatem temas centrais sobre o capitalismo dependente e subordinado ao capital estrangeiro no Brasil. Eles explicam a dificuldade do Brasil de reter produção interna, e analisam como essa dependência econômica gera a exploração do trabalhador. E tais considerações relacionadas ao tema em estudo explicitam que a chegada do agronegócio não contribuiu em nada na vida dos trabalhadores do campo, apenas levou a uma exclusão, êxodo e intensificação da jornada de trabalho.

A partir dessa reflexão ficou evidente que o antagonismo entre as classes é acentuado em um cenário em que os trabalhadores vivem em situação de extrema pobreza e miséria, uma vez que foram submetidos a todo tipo de exploração, enquanto a classe burguesa desfruta de todos os recursos, ideológicos, políticos e econômicos para perpetua-se enquanto tal. Para realizar a reflexão foi primordial recorrer e evidenciar o conteúdo estudado na disciplina de Classes e Movimentos Sociais, que aborda as categorias “classes sociais”, “luta de classes” e “movimento sociais”.

Avançando na análise foi realizada uma retomada histórica da luta pela terra no Brasil, considerando as origens da questão agrária que desencadeiam os conflitos no campo. Foi constatado que quando a classe trabalhadora se une para lutar pelos seus direitos, a classe burguesa utiliza todos os meios para derrubá-la, gerando o conflito entre as classes. Os movimentos sociais são uma conquista da classe trabalhadora, são expressões de sua organização e espaços que pautam as disputas e enfrentamentos.

Outro ponto discutido ao longo deste TCC foi o surgimento e a formação do MST no contexto de disputas pela terra e suas principais características e objetivos. O autor mais utilizado para essa análise foi o professor Bernardo Mançano, uma vez que realizou um estudo

detalhado da consolidação do MST no Brasil. Nesse sentido, procurou-se evidenciar como o movimento se organiza, as ações desenvolvidas nos assentamentos, a proporção e a visibilidade que ganhou em todo o Brasil.

Pode-se afirmar que os projetos desenvolvidos pelo movimento trouxeram conquistas significativas à classe trabalhadora. O maior índice de analfabetismo se concentra no Brasil e o movimento se preocupou em alfabetizar essas famílias e formá-los a partir de um ensino crítico que os fizessem entender a sua realidade. Realizando um trabalho de base com os camponeses, a educação no campo avançou graças ao empenho deste movimento, como também, a preocupação com a alimentação saudável para essas famílias, que foram ensinadas nos assentamentos a se autossustentarem realizando o cultivo sem agrotóxicos e transgênicos.

Finalizando, foi realizada uma análise dos conflitos no campo, das violências e mortes, e a criminalização do MST, delimitando para reflexão e explicitação de dados a última década (2010 a 2020). A partir desta delimitação temporal, analisou-se a posição do Estado em relação às questões agrárias, via ações de quatro diferentes gestões do Governo Federal (Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro), assim como a evolução dos conflitos e mortes no campo. Para obter dados empíricos para a pesquisa, foi utilizado fortemente como fonte o *site* da CPT que realiza a publicação anual de um caderno de conflitos no campo.

Após estudar os quatro governos da última década concluiu-se que nunca houve uma reforma agrária no país – o Estado sempre se preocupou em fazer avançar o agronegócio e abrir o território nacional para o capital estrangeiro. Houve cortes nas políticas fundamentais para o desenvolvimento da questão fundiária, os assentamentos foram diminuindo a cada governo, em contrapartida, a violência e mortes no campo aumentaram. O aumento da violência se deve, portanto, ao desamparo do governo com a população rural, com a legalização e mudanças na legislação que somente beneficiam o agronegócio, e principalmente, enfatizam e ampliam a criminalização que ocorre sobre o MST.

Dessa maneira, confirma-se a hipótese assumida de que ‘na última década foram expressivas a violência, as mortes e a criminalização das lutas sociais, especificamente sobre o MST e a luta pela terra por este movimento desencadeada’. Conclui-se que o Estado não tem se preocupado com a classe trabalhadora ao que se refere a reestruturar e pautar a questão agrária no país, mas sim, em permitir que os expoentes do capital continuem a acumulação a partir da exploração da força de trabalho e da apropriação privada da terra. Como foi demonstrado a partir de recortes de notícias publicadas pela mídia, as classes dominantes utilizam dos meios de comunicação hegemônicos para estigmatizar o MST. Ao divulgar um conflito no campo nos meios de comunicação de suas posses, as classes dominantes nunca

expõem os verdadeiros culpados e os que usaram da sua autoridade para matar/assassinar inocentes, bem como, não faz uma crítica ao fato de a impunidade prevalecer e estes nunca serem condenados e responsabilizados por tais fatos/crimes.

Esta pesquisa conclui ainda que a reforma agrária é fundamental no país para diminuir as desigualdades sociais e, para que isso aconteça, é necessário a união da classe trabalhadora junto ao MST. Na sociedade capitalista, a classe trabalhadora não consegue pleitear nenhuma demanda se não for através da organização coletiva, seja a partir de movimentos sociais, do partido político, da organização sindical. Portanto, para conseguirmos uma mudança estrutural na questão fundiária do país, precisamos nos unir como classe e aos movimentos que legitimam essa luta. Como afirmam Marx e Engels (1999), o proletariado é essa classe ativa capaz de elaborar um projeto de emancipação futura, que carrega consigo a esperança de um comunismo vindouro. O proletariado pode deixar de ser uma classe passiva e alienada, para ser uma classe histórica, que é permanentemente sujeito e protagonista da sua trajetória.

Ao escolher esse tema de TCC procurou-se demonstrar o quanto o movimento social MST tem sido criminalizado, trazendo em evidência os dados que comprovam as inúmeras mortes/assassinatos que ocorrem no campo brasileiro. Falar sobre mortes e injustiça não é um processo simples, pois remete direta e intimamente a minha luta enquanto participante/membro da classe trabalhadora que sou.

Saber que milhares de companheiros e companheiras morreram lutando pelos seus/meus direitos, me traz certo temor sobre até que ponto pode chegar à ambição da burguesia. Como discente do curso de Serviço Social da UFOP, afirmo a importância de nós, enquanto alunos e profissionais, utilizarmos os nossos conhecimentos para atuar, pautar e contribuir na tomada de consciência política e classista de outras pessoas, e no caso em tela, para entenderem realmente as práticas do MST, e que somente a reforma agrária é a solução para os conflitos do campo.

Um dos fundamentos e âmbitos do Projeto Ético Político (PEP) do e Serviço Social é o caráter político da profissão e a negação da neutralidade. Essa consciência do fazer profissional está relacionada ao contexto das relações sociais a partir do antagonismo entre capital e trabalho. A intervenção na realidade não é neutra, pois temos competência teórica, técnico-operativa e ético-política para atuar em prol e alinhados à classe trabalhadora. Outro fundamento e princípio orientador do Serviço Social é o posicionamento em favor de outra forma societária que se contrapõe à propriedade privada, à exploração e à alienação do trabalhador, aos processos de apropriação do conhecimento, do saber e da cultura, ao apagamento das lutas e resistências da classe trabalhadora, todos esses, âmbitos próprios da ordem burguesa. O PEP tem como princípios contemplados na primeira parte do Código de Ética: a defesa da liberdade, justiça

social, democracia, cidadania e pluralismo. E ao realizar este percurso de estudo, em formato de TCC e projeto de Iniciação Científica reafirmamos nosso compromisso com o percurso formativo recebido no curso de Serviço Social da UFOP e que estrutura a profissão de Serviço Social no país.

REFERENCIAS

A FARSA: Ensaio sobre a verdade. Criação e Produção: Estudo de Cena. Direção, roteiro e montagem: Diogo Noventa. (Trabalho realizado em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). [s.l]: Estudo de Cena, 2013. Disponível em: <https://www.estudodecena.com/a-farsa-ensaio-sobre-a-verdade>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ADISSI, P. O. A Criminalização do MST: mídia porta voz de quem? Um caso de criminalização a trabalhadores sem-terra na Paraíba. *In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, Londrina, 14, 2010. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2010.

AFONSO, J. B. G. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá: UNIFESSPA, 2016.

ALBUQUERQUE, L. F. Sem Terra homenageiam Willy Corrêa, compositor que musicou o hino do MST. *In: MST (on-line)*, 11 jun. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/06/11/sem-terra-homenageiam-willy-correa-compositor-que-musicou-o-hino-do-mst/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

AMENI, C. Com 70 assassinatos em 2017, conflitos no campo voltam aos patamares de 14 anos atrás. *In: De olho nos ruralistas (on-line)*, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/04/16/com-70-assassinatos-em-2017-conflitos-no-campo-voltam-aos-patamares-de-14-anos-atras/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BALANÇO da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff. *In: CPT (on-line)*, 7 jan. 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/2381-balanco-da-reforma-agraria-2014-e-do-primeiro-mandato-da-presidenta-dilma-rousseff>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/-Constituicao.htm. Acesso em: 17 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRITO, R. J. B. A. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985). *In: Revista Habitus*, IFCS/UFRJ – Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87, jul. 2015.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. Educação do campo. *In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). Dicionário de educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMARGOS, Daniel; JUNQUEIRA, Diego. Governo Bolsonaro suspende reforma agrária por tempo indeterminado. *In: Repórter Brasil (on-line)*, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/governo-bolsonaro-suspende-reforma-agraria-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CASIRAGHI, R. Violência no campo foi maior no governo Lula. *In: MST (on-line)*, 1 mar. 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/03/01/violencia-no-campo-foi-maior-no-governo-lula/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Missão**. 2010. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>. Acesso em: 4 jul. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. Nota do Cimi: Medidas inconstitucionais do governo Bolsonaro afrontam direitos indígenas. *In: Cimi (on-line)*, 4 jan. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/01/nota-do-cimi-medidas-inconstitucionais-do-governo-bolsonaro-afrontam-direitos-indigenas/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CUNHA, C. Em meio à paralisia, programa de reforma agrária de Marina surpreende. *In: Língua Ferina (on-line)*, 30 ago. 2014. Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com/2014/08/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

CUNHA, J. Governo Temer: Relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. *In: Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 241, p. 301-326, mai./ago. 2017.

DANTAS, C. Brasil tem recorde de assassinatos em conflitos por terra nos primeiros meses de 2017, segundo a CPT. *In: G1 (on-line)*, 27 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-tem-recorde-de-assassinatos-em-conflitos-por-terra-nos-primeiros-meses-de-2017-segundo-a-cpt.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2021.

DESDE o início da pandemia, MST já doou 3400 toneladas de alimentos. *In: MST (on-line)*, 9 set. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FERNANDES, B. M. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *In: Cultura Vozes*, v. 93, n. 2, 1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. *In: Encontro Nacional de Geógrafos*. 2002. **Anais** [...] João Pessoa: AGB, 2002.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, A. M. (ed.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. *In: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA*, Presidente Prudente, n. 145, jan. 2020.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONSECA, B.; DOMENICI, T. Sob governo Bolsonaro, conflitos no campo aumentam e assassinatos de indígenas batem recorde. *In: Pública (on-line)*, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/sob-governo-bolsonaro-conflitos-no-campo-aumentam-e-assassinatos-de-indigenas-batem-recorde/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

FONSECA, M. 'Não tem conversa com o MST', diz Jair Bolsonaro. *In: Estado de Minas (on-line)*, 29 out. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/interna_politica,1001378/nao-tem-conversa-com-o-mst-diz-jair-bolsonaro.shtml. Acesso em: 23 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANÇADA em SP primeira loja on-line de produtos do MST. *In: MST (on-line)*, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/11/lancada-em-sp-primeira-loja-on-line-de-produtos-do-mst/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de deformação do mercado interno para a grande indústria. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MADEIRO, C. Governo não assenta famílias em 2017, e reforma agrária tem freio inédito no país. *In: UOL*, Atalaia, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MARGARIDA Maria Alves, a mulher que inspirou o Dia Nacional dos Direitos Humanos. *In: Ativismo Protestante (on-line)*, 12 ago. 2018. Disponível em: <https://ativismoprotestante.wordpress.com/2018/08/12/margarida-maria-alves-a-mulher-que-inspirou-o-dia-nacional-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, R. M. A Constituição de 1988. *In: Revista Insurgência*, Brasília, ano 2, v. 2, n. 1, 2016.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Versão eletrônica. [s.l]: RocketEdition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MARX, K. H. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. II-III. (Coleção Os Economistas)

MASSACRE de Pau D'Arco: 4 anos de impunidade do latifúndio. In: **Causa Operária (on-line)**, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/massacre-de-pau-darco-4-anos-de-impunidade-do-latifundio/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MEDEIROS, C. Temer acaba com assistência técnica para a Reforma Agrária. In: **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/04/temer-acaba-com-assistencia-tecnica-para-a-reforma-agraria>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MENOS desapropriações no campo, mais violência: eis o circo dos horrores do Governo Dilma. In: **Blog do Diogo Cabral (on-line)**, 9 out. 2013. Disponível em: <http://diogodcabral.blogspot.com/2013/10/menos-desapropriacoes-no-campo-mais.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST. **Caderno de Educação: Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**, 2010. (Coleção sempre é tempo de aprender).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Nossos símbolos**. 2015a. Disponível em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/#hino>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Quem somos**. 2015b. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NOTA da CPT: Balanço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff. In: **EcoDebate (on-line)**, 2015. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/01/08/nota-da-cpt-balanco-da-reforma-agraria-2014-e-do-primeiro-mandato-da-presidenta-dilma-rousseff/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NÚMERO de conflitos no campo triplica em um ano no Tocantins. In: **G1 Tocantins (on-line)**, 10 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/numero-de-conflitos-no-campo-triplica-em-um-ano-no-tocantins.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ORIGUELA, C. Ascensão e queda da luta pela terra no governo Lula (2003-2010). In: **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 15 a 19 out. 2012.

PASSOS, C. Despejos, assassinatos e reforma agrária paralisadamarcam primeiro ano do governo Bolsonaro. In: **CPT (on-line)**, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5037-despejos-assassinatos-e-%20reforma-agraria-paralisada-marcam-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 6 jul. 2021.

PEREIRA, A. D. **As políticas educacionais em Minas Gerais e seu impacto no plano de carreira dos trabalhadores em educação (2003-2014)**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2015.

PEREIRA, L. I.; SOBREIRO FILHO, J.; SODRÉ, R. B.; COCA, E. L. F. Análise da questão agrária brasileira em 2017: criação de assentamentos rurais, ocupações de terras, manifestações do campo e estrangeirização da terra. In: **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, Presidente Prudente, n. 133, jan. 2019. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2019.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

PORTAL CPT. 2010 foi o pior ano para a Reforma Agrária, afirma CPT. In: **MST (on-line)**, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/01/06/2010-foi-o-pior-ano-para-a-reforma-agraria-afirma-cpt/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUADROS, V. Brasil pós golpe. In: **Outras Mídias (on-line)**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-paralisacao-da-reforma-agaria-no-brasil-pos-golpe/>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

RAVELI, N. Terror no campo: há 24 anos, ocorria o massacre de Eldorado dos Carajás. In: **Aventuras na História (on-line)**, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/terror-no-campo-o-massacre-de-eldorado-dos-carajas.phtml>. Acesso em: 22 jul. 2021.

REIS, T.; RAMALHO, R. Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018. In: **G1 (on-line)**, 30 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SAUER, S. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/processos-recentes-de-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-populares/1122>. Acesso em: 2 maio 2020.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

STEDILE: “A mídia é arma poderosa na mão do capital”. In: **Vermelho (on-line)**, 8 jun. 2008. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2008/06/08/stedile-a-midia-e-arma-poderosa-na-mao-do-capital/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VERDELIO, A. Governo prepara lei de uso de GLO em reintegração de posse no campo. *In: Agência Brasil*, Brasília, 25 nov. 2019. Acesso em 06 de julho de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-11/governo-prepara-lei-de-uso-de-glo-em-reintegracao-de-posse-no-campo>. Acesso em: 6 jul. 2021.